

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

O QUE PENSAM FAMÍLIAS E EQUIPE TÉCNICA DE DUAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA SOBRE OS EFEITOS
DA CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA

MARIA LUCIA SENA DE ALMEIDA

CACHOEIRA

2016

MARIA LUCIA SENA DE ALMEIDA

O QUE PENSAM FAMÍLIAS E EQUIPE TÉCNICA DE DUAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA SOBRE OS EFEITOS
DA CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA

Trabalho apresentado para fins de obtenção de nota
avaliativa à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso
II, orientada pela Prof.^a Dr.^a Lys Maria Vinhaes Dantas.

CACHOEIRA/ BA

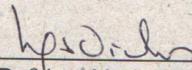
2016

MARIA LUCIA SENA DE ALMEIDA

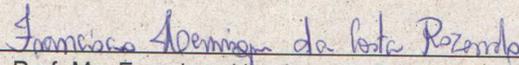
O QUE PENSAM FAMÍLIAS E EQUIPE TÉCNICA DE DUAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA SOBRE OS EFEITOS DA
CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Cachoeira - BA, aprovada em 26/02/2016.

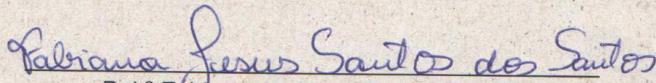
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Lys Maria Vinhaes Dantas
(Orientadora - UFRB)



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
(Membro Interno - UFRB)



Bel.^a Fabiana de Jesus Santos Santos
(Membro Externo)

RESUMO

O Programa Federal Bolsa Família constitui-se como um programa de redistribuição de renda condicionado. Suas condicionalidades abrangem as áreas da educação, saúde e assistência social. Na educação, para obter o benefício faz-se necessário à matrícula e a frequência de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, propondo assim, à garantia do acesso e permanência na escola, sobretudo, em escolas públicas. Neste sentido, a exigência altera o cotidiano escolar, principalmente nas relações de convivência entre família e escola, estreitando os laços entre estes. Desta forma, o presente trabalho visa investigar a opinião das famílias, professores e da equipe técnica municipal do programa sobre a condicionalidade frequência mínima, em uma escola da zona urbana e outra da zona rural, no município de Governador Mangabeira, Bahia. A análise parte de três dimensões: a primeira dimensão diz respeito à percepção do corpo docente e da família do aluno beneficiário em respeito ao ensino-aprendizado; a segunda dimensão trata da aproximação da família à escola, o vínculo estabelecido entre as partes envolvidas no processo escolar; e a última dimensão se refere à permanência ou não dos discentes incluídos no Programa nas atividades escolares, focalizando a diferença entre uma escola situada na zona urbana e outra na zona rural. O método adotado na pesquisa compreendeu, inicialmente, uma revisão de literatura, que resultou em um quadro de análise composto das três mencionadas dimensões. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e utilizou, para a coleta de dados, a realização de entrevistas semi-estruturadas, com roteiros com aproximadamente três questões para cada grupo pesquisado. Os resultados obtidos foram: a) para as mães da sede quanto da zona rural, a condicionalidade tem uma importância fundamental na permanência e no acesso, mas não conseguem perceber o desempenho no processo do ensino-aprendizado; b) para os professores das regiões citadas, a condicionalidade garante o acesso e a permanência, mas não interfere no processo ensino-aprendizado e na aproximação dos pais com a escola. Os professores da zona rural apontam que a condicionalidade garante o aluno matriculado na escola, uma vez que no contra turno, o aluno trabalha na lavoura familiar; c) à equipe técnica municipal sinalizou que não há um efetivo diálogo entre o setor educacional e o BF no município. Em suma, a pesquisa demonstra que, as mudanças têm ocorrido no cotidiano escolar de forma gradativa, mas é necessário pensar ações que articulem as políticas sociais no município, com envolvimento maior entre a política educacional como programa socioassistencial.

Palavras-chaves: Programa Bolsa família. Condicionalidades. Frequência. Educação Básica.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 01. Critérios de inclusão e valores dos benefícios do PBF.....	17
QUADRO 02. Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	18
QUADRO 03. Taxas de rendimento do CEAG e CEPAVP em 2014.....	36
QUADRO 04. Efeitos por descumprimento, mês referência novembro 2015.....	38
QUADRO 05. Motivos da Baixa Frequência No CEAG e CEPAVP.....	50
QUADRO 06. Etapas e efeitos os descumprimentos.....	50
FIGURA 01. Ilustram o quadro para elaboração dos roteiros de entrevista com as mães.....	32
FIGURA 02. Ilustram o quadro para elaboração dos roteiros de entrevista com os professores.....	33
FIGURA 03. Ilustram o quadro para elaboração dos roteiros de entrevista com as técnicas do BF	33

LISTA DE SIGLAS

BF – Bolsa Família
BV – Benefício Variável
BVJ- Benefício Variável Jovem
CEAG – Centro Educacional Angelita Gesteira
CEE- Conselho Estadual de Educação
CEFAM - Centro Educacional Felix Mendonça
CEPAVP – Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira
CGAIE - Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar
DECON - Departamento de Condicionalidades
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IGD-E - Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M- Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSE – indicador Nível socioeconômico
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MR01- Mãe da escola da zona rural 01
MR02 - Mãe da escola da zona rural 02
MS - Ministério da Saúde
MU01 - Mãe da escola da zona urbana 01
MU02- Mãe da escola da zona urbana 02
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.
PBF - Programa Federal Bolsa Família.
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PGRM- Programa de Garantia de Renda Mínima
PMAF - Programa Municipal de Apoio a Família
PME - Programa Mais Educação
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR01- Professor da escola da zona rural 01
PR02 – Professor da escola da zona rural 02
PR03- Professor da escola da zona rural 03
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSE e Saúde na Escola (PSE)
PU01- Professor da escola da zona urbana 01
PU02 – Professor da escola da zona urbana 02
PU03 – Professor da escola da zona urbana 03
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SECADI - Diretoria de Educação em Direitos e Inclusão
SENARC - Secretaria de Renda para a Cidadania
SICON - Sistema de Condicionalidades
TA – Técnica do BF A
TB - Técnica do BF B

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Contexto histórico da Política de Redistribuição.....	12
2.2 O Programa Bolsa Família.....	15
2.3 Condicionalidades.....	19
2.4 Condicionalidade Frequência e o Direito à Educação	22
2.5 As três dimensões de análise	29
2.6 Quadro de Análise	32
3 PANORAMA EDUCACIONAL EM GOVERNADOR MANGABEIRA	34
4 RESULTADOS	39
4.1 Opiniões das famílias de zona urbana e zona rural.....	40
4.1.1 Ensino-aprendizagem.....	41
4.1.2 Aproximação escola-família	41
4.1.3 Permanência dos discentes	43
4.2 Opinião dos professores da zona urbana e zona rural.....	44
4.2.1 Ensino – aprendizagem	44
4.2.2 Aproximação escola-família	45
4.2.3 Permanência dos discentes	46
4.3 Opinião da equipe técnica envolvida com o PBF em Governador Mangabeira	48
4.3.1 Ensino–aprendizagem	48
4.3.2 Aproximação escola-família	49
4.3.3 Permanência dos discentes	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	59
Apêndice A: TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.	59
Apêndice B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MÃES.....	60
Apêndice C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES.....	61
Apêndice D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EQUIPE TÉCNICA BF MUNICIPAL.....	62
Apêndice E: Quadro comparativo das mães	63
Apêndice F: Quadro comparativo dos professores	65
Apêndice G: Quadro comparativo das Técnicas BF Municipal	69

*“O bolsa família é um programa barato, mais incomoda a classe média [...] Esse
incomodo vêm do preconceito”.*

Walquiria Leão Rego

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu amor para comigo, dando-me coragem e força para superar as dificuldades desta etapa.

A toda minha família, em especial minha irmã/mãe JÓ pelo apoio incondicional, pela presença nas horas mais complicadas e pelo incentivo sempre. E o meu filho querido Hudson, pela paciência e pela ajuda nas tarefas diárias.

A todos meus amigos, aqueles em que encontrei nesta caminhada, nas escolas CEAG e CEPAVP. Um amigo especial, que me acompanhou em todos os momentos da construção do trabalho, sempre fiel nas madrugadas.

Aos colegas e amigos do curso de Serviço Social, preciso registrar aqui os nomes de Cristiano, Joseane e Rafaela por tudo, não há palavras para agradecê-los.

A Itamária pela colaboração fundamental no processo de construção deste trabalho. Ao casal Fabiana e Ubiratan pelo apoio nas horas difíceis. A todos que me incentivaram com palavras de apoio e incentivo.

Aos meus mestres da Universidade que durante esse período me instruíram. A minha orientadora Prof.^a Lys, pela paciência e dedicação. Ao prof. Henrique e Assistente Social Fabiana por aceitarem o convite da minha banca.

Em fim a todos que participaram direta e indiretamente do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Federal Bolsa Família (PBF) é um Programa de Transferência de Renda condicionado. As condicionalidades estão divididas entre os setores da educação, saúde e assistência social e são as contrapartidas dos beneficiários para concessão dos benefícios. A condicionalidade na área da educação é o compromisso da família beneficiada em matricular e garantir a frequência mínima das crianças com idade escolar, com propósito de enfrentar os mecanismos de reprodução do ciclo geracional da pobreza.

Os objetivos das condicionalidades do desenho do PBF têm sido alvo de várias discussões. Elucidar as sistematizações deste debate não é tarefa tão simples, logo, é necessário fazer menção aos dois pontos cruciais da polêmica: a primeira discussão refere-se às exigências cobradas às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que contradiz o direito à cidadania. A outra questão é o reconhecimento de que as condicionalidades têm o papel de pressionar os governos na prestação de serviços essenciais nas áreas da saúde, educação e assistência social.

O cumprimento da condicionalidade frequência tem proporcionado algumas modificações no cotidiano da escola que podem ser percebidas tanto como aspecto positivo quanto negativo. O reconhecimento da importância da matrícula e a permanência do estudante até o final do ano letivo são considerados pontos positivos.

Minha experiência profissional, como auxiliar em administração escolar, me proporciona executar diversas atribuições, dentre as quais se destacam: a) atendimento a todo público que compõe uma escola (alunos, pais e/ou responsáveis e equipe diretiva); b) processamentos de dados (matrícula, transferência, evasão); c) acompanhamento da frequência. Esta rotina permite a percepção de uma nova configuração no cotidiano escolar após a criação do Programa Federal Bolsa Família.

O acompanhamento da frequência em sala de aula gerou um vínculo maior entre a família beneficiária e a escola. Por um lado, há uma cobrança dos pais e/ou responsáveis no registro da presença para que não haja o bloqueio ou suspensão do benefício. Por outro, para a escola registrar a frequência é necessário que aluno frequente as salas de aulas. O que muitas vezes ocorre é o contrário, o estudante sai de casa fardado e frequenta esporadicamente as salas, ficando nas dependências da escola. E é neste sentido que acontece a tensão família versus Escola.

Já presenciei vários conflitos. Relato assim um que me chamou atenção. Na escola, uma mãe responsável por um aluno procurou a direção por que teve seu benefício suspenso. Ela alegou aos gritos que a escola era culpada pela suspensão, porém não sabia qual série/ ano seu filho estudava e nem por um momento manifestou preocupação com a aprendizagem. Situações como esta podem ser identificadas como pontos negativos da execução do Programa.

Entender o cotidiano escolar é conhecer as estruturas de poder que dominam o espaço e as correlações de forças ali existentes. Ao investigar o dia-a-dia no interior da escola é fundamental compreender também o papel e a atuação de cada sujeito no processo educacional.

O trabalho de conclusão de curso ora apresentado tem como objetivo principal investigar a opinião das famílias e equipe técnica sobre a condicionalidade frequência do Programa Bolsa Família, em uma escola da zona urbana e outra da zona rural, no município de Governador Mangabeira, Bahia. A análise parte de três dimensões: a primeira dimensão diz respeito à percepção do corpo docente e da família do aluno beneficiário em respeito ao ensino - aprendizado; a segunda dimensão trata da aproximação da família à escola, o vínculo estabelecido entre as partes envolvidas no processo escolar; e a última dimensão se refere à permanência ou não dos discentes incluídos no Programa nas atividades escolares, focalizando a diferença entre uma escola situada na zona urbana e outra na zona rural. Qual é o ponto de vista acerca da condicionalidade frequência do PBF, das famílias, professores e equipe técnica do BF das escolas do ensino fundamental II de Governador Mangabeira?

Assim, procuro, através desta análise, contribuir para desmitificar alguns sentimentos preconceituosos ainda enraizados no ambiente escolar, originados de uma cultura de desprezo aos mais pobres. Destaco também que esta investigação contribuirá para promover um novo olhar para com as famílias dos alunos/beneficiários do ponto de vista da escola, sobretudo mostrando que as propostas do Programa não atendem em si só às demandas do núcleo educativo. E que a inclusão ao benefício contribui não só para minimizar a pobreza extrema, mas também que garantir a efetivação dos direitos sociais depende da associação de uma política compensatória com uma política estruturante.

A proposição das dimensões analisadas partiu do levantamento dos trabalhos publicados em relação à temática (o PBF e, especial, a condicionalidade frequência), a exemplo de Boschetti (2009), Pereira (2010), Silva; Yazbek e Giovanni (2008), Silva (2010),

Ávila (2013), Fava; Quinhões (2010), Cruz (2007), Ximenes; Aggate (2011), Campello; Neri (2013); IPEA (2013) e das bases legais do PBF.

Fruto desta revisão, este trabalho apresenta uma contextualização do PBF com o foco na condicionalidade frequência, entendendo, a partir do debate sobre a Política de Redistribuição de Renda, a origem do Programa de Renda Mínima e suas transformações. Para as análises das três dimensões busco compreender a criação e execução do PBF como um sistema de proteção social inovador, cujas características intersetorialidade e transversalidade são desafiadoras no processo de acompanhar e monitorar as condicionalidades. Faz-se necessário reconhecer as atribuições e responsabilidades de cada ente federativo, partindo do entendimento da funcionalidade das condicionalidades como efetivação dos direitos sociais. As três dimensões de análise escolhidas são oriundas tanto da caracterização do ensino fundamental II em Governador Mangabeira quanto no recorte da condicionalidade frequência na literatura especializada, permitindo assim a apreensão das ações conjuntas entre os setores envolvidos no processo de acompanhamento e monitoramento dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiadas.

O PBF entende a unidade familiar como prioridade. O acesso aos serviços de educação, saúde e assistência é garantido às famílias que historicamente foram excluídas, para romper com o ciclo da pobreza. Neste sentido, o foco do estudo nas famílias beneficiadas com crianças em idade escolar parte do entendimento em que o sistema de proteção social é aquele que protege as famílias/beneficiárias em uma articulação entre o PBF e as políticas universais como saúde e educação.

A contrapartida assumida pela família-beneficiária na área educacional tem, também, a intenção de superar o trabalho infantil. No espaço geográfico, a zona urbana e zona rural são espaços em que as crianças e adolescentes podem ter diferentes ocupações do ponto de vista do trabalho. Sob este aspecto a escolha de duas escolas, situadas em diferentes regiões da cidade, possibilitou identificar há possibilidade de um olhar diferenciado dos envolvidos no processo educacional.

O método adotado na pesquisa compreendeu, inicialmente, uma revisão de literatura, que resultou em um quadro de análise composto das três mencionadas dimensões. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e utilizou, para a coleta de dados, a realização de entrevistas semiestruturadas, com roteiros com aproximadamente três questões para cada grupo pesquisado. O termo de sigilo e consentimento informado e o roteiro da entrevista foram

elaborados no mês de novembro de 2015, o que permitiu a marcação das datas e locais para as entrevistas, que aconteceram na segunda semana do mês de dezembro de 2015 e na primeira quinzena de janeiro de 2016. As entrevistas foram realizadas com seis docentes, sendo três professores do Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira, localizado na zona rural do município Governador Mangabeira, e com três professores do Centro Educacional Angelita Gesteira, situado na sede da cidade.

A escolha por uma parte da comunidade interna e externa da escola (professores; mães e equipe técnica do BF) para pesquisa parte do entendimento de que este espaço é um locus privilegiado, no qual, a dinâmica das relações sociais é modificada a cada dia, de acordo com a função exercida por cada sujeito envolvido no processo.

Neste sentido, o professor exerce uma função fundamental no objetivo final da escola, é ele o mediador do processo ensino- aprendizagem. A aproximação e o envolvimento diário com o aluno possibilita uma detalhada percepção sobre a condicionalidade frequência na vida do estudante-beneficiário.

O desempenho do estudante na escola depende da articulação entre a instituição família com a instituição escola. A integração destas instituições, muitas vezes, ocorre no conflito sob o entendimento das funções que cada uma tem que diz respeito a ensinar e educar.

A unidade familiar na escola tem sua representação, na grande maioria, pelas mães. É a mãe, muitas vezes, a responsável pelo sustento financeiro e educacional da criança. São responsáveis pela matrícula e pelo desempenho do aluno durante o ano letivo. Por isso, a opinião das mães responsáveis pelos estudantes-beneficiários do PBF, permite a compreensão da relação conflituosa família-escola no processo educacional.

Para representar as famílias de alunos beneficiados foram escolhidas as mães, pois são elas, as responsáveis pela matrícula e pela titularidade do benefício. Foram identificadas duas mães de estudantes/beneficiários, residentes na sede da cidade, e duas moradoras da zona rural, as quais tiveram, em sua maioria, seus benefícios bloqueados ou suspensos pelo descumprimento da condicionalidade frequência.

Realizei também uma entrevista com duas pessoas da equipe técnica do Programa, a gestora municipal do PBF e uma atendente, cuja formação é bacharel em Serviço Social, entendendo como a gestão contribui para efetivação da condicionalidade. Ao todo foram realizadas 12 entrevistas que, uma vez transcritas, foram analisadas à luz das três dimensões:

ensino-aprendizagem, aproximação família-escola e permanência dos discentes, sempre contrastando a zona rural e a zona urbana.

O trabalho aqui apresentado é dividido em três capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, faço um resgate sobre alguns pontos da Política de Redistribuição de Renda que deram origem ao Programa Bolsa Família, em 2003. Nesta parte, apresento algumas contestações sobre a condicionalidade frequência nos espaços rurais e urbanos, identificando alguns pontos cruciais na compreensão das três referidas dimensões. Uma breve análise do entendimento que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem; a relação família-escola, contextualizando um dos fatores que originam a relação conflituosa, resumidamente apresento um pouco das abordagens dos fatores que dão origem ao fracasso e evasão escolar. Ainda neste capítulo, demonstro, a partir do quadro de análise, as categorias que fundamentam as dimensões já citadas. (Apêndice).

No segundo capítulo apresento um panorama da cidade de Governador Mangabeira, contextualizando a situação educacional do município, e descrevo as duas escolas da pesquisa.

O terceiro capítulo mostra os resultados da pesquisa, nos quais são analisadas as opiniões referentes às três dimensões pesquisadas e as reflexões apresentadas ao longo do texto, que serão sintetizadas nas considerações finais.

Em suma, a relevância do trabalho de pesquisa fornecerá para as instituições escolares um olhar diferenciado sob o desenho do Programa Federal Bolsa Família, em especial a condicionalidade frequência. A condição exigida no âmbito da educação básica modifica as relações entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, neste sentido existe a necessidade de apreciar as estratégias construídas entre programas socioassistenciais e a política educacional e sua real efetivação no município.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA POLÍTICA DE REDISTRUIÇÃO DE RENDA

1. Contexto histórico da Política de Redistribuição

Os programas de transferência de renda no Brasil, como em outros países da América Latina, têm sua origem nos processos de amadurecimento do Estado do Bem-Estar europeu¹, mas diferem em alguns aspectos: como “as necessidades sociais e econômicas e nos objetivos de cada sistema da proteção social de cada país.” (STEIN apud BOSCHETTI, 2009, p.198). Para Stein, os modelos Programas de Renda Mínima apresentam alguns aspectos comuns, tais como

Caracterizam-se por ser uma renda garantida para todos, inclusive aqueles que não contribuíram para nenhum sistema. Porém, têm caráter condicional, no sentido de que o direito à renda é determinado pela situação de renda familiar do beneficiário. Em síntese: a) são sistemas complementares e diferenciais: renda existente é complementada até cobrir o nível mínimo definido pelo programa, para cada pessoa ou família; b) as prestações são de tipo seletivo: as condições de acesso são distintos para cada realidade; c) o tempo de duração pode ser indefinido, ou seja, até que apareçam as condições geradoras (STEIN 2005, apud BOSCHETTI 2009, p.198).

A discussão sobre uma política de redistribuição de renda, no caso do Brasil, começa a partir do livro de Antônio Maria da Silveira, em 1975, sobre a inclusão na agenda governamental de uma política pública para erradicação da pobreza. O debate se dá em torno de uma economia sólida capaz de atrelar crescimento econômico e bem estar social. (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008).

É necessário pensar uma política de ação com finalidade de combater a pobreza. Pereira explica que o fenômeno da pobreza precisa, além de estudos e pesquisas, da intervenção governamental com propostas de ações interventivas. Para a autora, “a pobreza não deve ser apenas objeto de estudo, mas também de intervenção” (PEREIRA, 2010, p.171).

A adoção das políticas focalizadas é característica de um governo neoliberal, o qual considera o déficit público como um problema econômico, criando medidas compensatórias e minimizando a universalização de direitos sociais. (SILVA, 2010). Sendo assim,

¹O Estado de Bem-Estar ou *Welfare State* é conceituado como um sistema de organização social (Estado e Sociedade) regido por princípios da época com os principais objetivos: extensão e oferta dos direitos sociais, o pleno emprego e institucionalização da assistência contra a pobreza absoluta. Entendendo assim que no Brasil não aconteceu de fato o sistema de bem-estar social como nos em outros países capitalistas, pois sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções. (PEREIRA, 2010).

A universalização de políticas sociais é percebida como um processo de extensão de bens e serviços considerados essenciais, nos campos da educação e saúde, ao conjunto da população de uma localidade, cidade, Estado ou país. No sentido neoliberal, a universalização contrapõe-se a focalização que direciona bens e serviços a determinados segmentos da sociedade, previamente definidos, com maior destaque para a população pobre e extremamente pobre, o que significa, sobretudo, a desestruturação de grandes políticas universais. (SILVA, 2010, p.63-64).

Com autoria de Milton Friedman (apud SILVA, 2008), a transferência monetária conhecida como Imposto de Renda Negativo foi base para a idealização do Programa de Renda Mínima. A redução da pobreza é pensada numa política econômica cujo objetivo é suprir as necessidades de sobrevivência dos indivíduos inseridos no mercado de trabalho, ou seja, transfere-se uma quantia em dinheiro a trabalhadores que tenham uma renda menor que um salário mínimo. O imposto negativo é baseado numa corrente liberal, na qual o Estado tem um papel mínimo na intervenção (MONNERAT et.al. 2007). Sendo assim,

[...] o imposto negativo apresenta componentes fortemente baseados no individualismo, no mercado autoregulador e na concepção de que o pobre precisa ser constantemente estimulado ao trabalho, criando fortes processos de estigmatização social. (MONNERAT, et.al., 2007, p.1456).

O modelo da transferência de renda do imposto negativo foi à mola precursora nos debates sobre os Programas de Renda Mínima. A proposta apontada pelo Senador Suplicy com um Projeto de Lei nº 80/1991 se transformou na Lei nº 90/1991 e estabelecia um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) com abrangência nacional para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade.

Segundo Silva; Yazbek; Giovanni, (2008)

Os Programas de Transferências de Renda são apontados por Suplicy como possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p.39).

Na década de noventa, o Brasil encontrava-se em plena crise recessiva e havia uma preocupação com o crescimento econômico e com a política de exportação. O cenário político brasileiro passava por transformações, com a inserção do país na economia globalizada. A adoção do ajuste econômico limitou a ampliação de uma política de enfrentamento às desigualdades sociais (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008, p.95). Conforme MONNERAT et.al., 2007, os anos noventa foram marcados por

A adoção de medidas voltadas à estabilização monetária, eficiência macroeconômica e restrição dos gastos públicos, sobretudo a partir da

segunda metade dos anos 1990, constrangeu as possibilidades de construção de políticas sociais mais abrangentes e universais, dando espaço para a defesa e implantação de ações focalizadas nos grupos mais pobres. Dentro desse cenário, marcado pela grave crise econômica (expressa nas altas taxas de desemprego e no aumento da informalidade) e pela emergência de novos atores sociais na cena pública, o tema da pobreza e das desigualdades sociais ganha relevo na agenda pública, incitando o debate político e acadêmico em torno da questão e cobrando respostas dos governantes (MONNERAT et.al., 2007, p.1459).

No ano de noventa e dois, após o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e uma campanha contra a Fome do sociólogo Herbert de Sousa, Betinho, os temas fome e pobreza são debatidos por parte da sociedade. Sendo assim, no governo de Itamar Franco (1993), o Programa de Renda Mínima atinge um novo patamar: o governo federal cria um plano para combater a fome, o chamado Plano de Combate à Fome e à Miséria (SILVA, 2010).

O PGRM obtém uma nova perspectiva na década de noventa, a complementação de renda é articulada agora à escolarização da família, o acesso à rede de ensino torna-se obrigatório. Neste sentido, a transferência de dinheiro já contempla a discussão sobre a condicionalidade educação. Assim, a nova perspectiva do Programa

Propõe a adoção de uma transferência de renda monetária equivalente a um salário mínimo a toda família, independente da renda familiar, no artigo escrito em 1991, com filhos ou dependentes de 05 a 16 anos, e no artigo escrito em 1993, com filhos de 07 a 14 anos desde que frequentando regularmente a escola pública. O vínculo com a escola pública era, portanto, o termo de garantia de focalização do programa nos estratos de menor renda, dado a dificuldade de comprovação de renda entre eles. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 97).

A Política de Transferência de Renda têm duas inovações a partir deste momento. A primeira refere-se ao público-alvo: ela deixa de contemplar o indivíduo e passa a atender ao grupo familiar; a segunda inovação diz respeito ao caráter educativo, à articulação com uma política estruturante, a política educacional. De acordo com Silva, “o objetivo seria articular uma política compensatória a uma estruturante, como condição de enfrentamento da pobreza” (SILVA, 2010, p.19). Para MONNERAT et. al., os Programas de Renda Mínima nos anos noventa se resumem

Assim, os anos 1990 assistem a uma profusão de experiências e programas públicos voltados à garantia de renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade social e fome. Iniciativas municipais e estaduais ganham fôlego enquanto crítica à centralização decisória, ao assistencialismo, ao clientelismo e à descontinuidade das ações governamentais, conformando as estratégias e a dinâmica das mudanças institucionais no campo da proteção social. Tais programas buscavam associar ao benefício monetário o estímulo

à frequência escolar e o acesso aos serviços básicos de saúde. (MONNERAT et.al. 2007, p.1459).

Posteriormente há uma recriação, pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique (1999- 2001), dos Programas de Transferência de Renda ou Renda de Garantia Mínima, os quais prevêem em a execução de forma descentralizada pelos municípios. Segundo Silva, Yazbec e Giovanni (2008), o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima transformou-se em Bolsa-Escola do Ministério da Educação e outras criações de programas, como Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde, o Auxílio Gás do Ministério de Minas e Energia e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No início do governo do ex-presidente Luís Inácio da Silva (2003), a temática Política de Redistribuição de Renda tem mais um novo estágio. A política de proteção social é pensada de forma intersetorial e permanente, com a criação do Programa Bolsa-Família (PBF). Ressalto a análise de Boschetti e sua compreensão que

[...] Neste sentido, os referidos programas constituem-se em recente estratégia de proteção social, fazendo parte de uma geração de programas de desenvolvimento que busca promover a acumulação do capital humano na infância e na juventude como forma de romper os ciclos intergeracionais da pobreza. (BOSCHETTI, 2009, p. 215).

Vale salientar que o Programa de Transferência de Renda condicionada permite que uma parte da população brasileira que historicamente é destituída dos direitos sociais tenha acesso a uma rede de proteção social, principal objetivo da Política de Assistência Social.

2. O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é definido como um programa de proteção social de maior importância no cenário nacional. Criado em 2003 pela MP nº 132, foi sancionado em 09 de janeiro de 2004 pela Lei nº 10.836 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Tem como objetivo primordial o enfrentamento da extrema pobreza, além de minimizar as desigualdades sociais e a exclusão social (CAMPELLO; NERI, 2013).

Conforme Silva (2010), o Programa Bolsa Família está situado no âmbito estratégico do Fome Zero². O PBF tem sua atuação orientada por dois objetivos principais:

²O Fome Zero são ações estratégicas de políticas governamentais e não governamentais com o objetivo de erradicar a fome e a desnutrição no Brasil. Principais Programas são Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Construção de Cisternas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Restaurantes Populares (SILVA, 2010).

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação e assistência social e segurança alimentar.
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL/MDS, 2006).

O Programa Bolsa Família é uma unificação inicial entre programas de redistribuição de renda preexistentes: Bolsa Escola, Cartão Saúde, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e posteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Para os autores Silva, Yazbec e Giovanni, o PBF é uma estratégia bem articulada para atendimento às famílias pobres. Afirmam que

O Bolsa Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo, pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas. (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008, p.136).

Três eixos norteiam o Programa: o primeiro eixo diz respeito à complementação da renda feita pela transferência de dinheiro com propósito de oferecer condições monetárias para aquisição de bens e serviços para a sobrevivência, uma ação imediata. O segundo eixo propõe as condicionalidades, com a inclusão das famílias nos serviços de educação, saúde e assistência social. Sendo condição de permanência no Programa, permite ao longo prazo minimizar o ciclo intergeracional da pobreza. Por último, o terceiro eixo diz respeito à capacidade de articulação e integração com outras políticas sociais, estimulando a superação da situação de vulnerabilidade social. (MDS, 2004).

A execução do PBF é de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC), em conjunto com os estados e municípios, através das pactuações, mediante Termo de Adesão. (SILVA, 2010).

O Artigo 11 do Decreto nº 5.209/2004 estabelece a gestão e execução do Programa, a qual se efetua de forma descentralizada: cada ente federativo possui atribuições e competências específicas, observada a intersetorialidade, participação comunitária e controle social. (BRASIL, 2005). Os artigos 13,14 e 15 do referido Decreto apresentam o que cabe a cada ente federado no que tange suas competências e responsabilidades.

Na esfera federal, a SENARC responde pela gestão e operacionalização do Programa. De acordo com os dados do MDS,

Entre as competências da SENARC estão: formulação de procedimentos e instrumentos de gestão; apoio técnico e financeiro a estados e municípios (IGD-M e IGD-E); disponibilização de canais de comunicação a gestores (as) e beneficiários (as); articulação com outros órgãos e integração de ações complementares; além de avaliação e monitoramento do Programa. A SENARC responde ainda pela gestão do contrato de prestação de serviços com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é o agente operador do Bolsa Família. A Caixa, por sua vez, é responsável pela geração da folha e pelo pagamento dos benefícios, interagindo de forma direta com os municípios, ao prestar suporte aos gestores municipais e às famílias beneficiárias (BRASIL/MDS, 2015).

As principais atribuições que competem aos Estados são a coordenação e articulação para os acompanhamentos das condicionalidades, capacitação e apoio técnico aos municípios, além, também, da execução dos recursos financeiros (ICG- E) e da criação de condições para o fortalecimento do controle e da participação social, segundo dados coletados do *site* do MDS.

É no município, responsável pelo cadastro e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, que se concretiza o Programa Bolsa Família. A gestão local do Programa têm as seguintes atribuições:

Articulação com as áreas de educação, saúde - no acompanhamento das condicionalidades-e com a assistência social, no acompanhamento de famílias; Gestão dos benefícios; Execução dos recursos financeiros (IGD-M); Acompanhamento e fiscalização das ações; Fortalecimento do controle e da participação social. (BRASIL/MDS, 2015).

O PBF é uma política focalizada: o acesso aos seus benefícios tem um público-alvo definido. Para Ávila, “o PBF é destinado àquelas pessoas que foram capazes de comprovar que, de fato, merecem e precisam receber o benefício.” (ÁVILA, 2013, p.49).

A concessão do benefício do PBF obedece aos critérios da elegibilidade. O banco de dados o qual permite a identificação e caracterização das famílias pobres dos municípios é o CadÚnico³. Conforme dados do MDS, o Cadastro Único é regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e tem como agente operador a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2015).

³O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras (BRASIL/MDS, 2015).

O município cadastra todas as famílias de baixa renda no Cadúnico, entretanto, nem todas as famílias inscritas são beneficiadas de imediato, pois a seleção é através de um sistema informatizado, que respeita as regras e o limite orçamentário anual do Programa. Ademais, o PBF possui características de rotatividade, a cada dois anos as famílias atualizam os dados cadastrais. Neste sentido, a saída do Programa dá-se por conta própria e/ou pelo descumprimento das condicionalidades.

O limite orçamentário para as despesas do PBF é de responsabilidade da União, através da Secretaria-Executiva do Programa, respeitando o que estabelece a Lei nº 10.836/2004 em seus artigos:

Art.6º. As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas de transferência de renda e no Cadastro Único que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

[...]

Art. 7º. Compete à Secretaria-Executiva do Programa promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e o Cadastro Único mencionados no parágrafo único do art.1º. (BRASIL, 2004).

O valor do benefício pago a cada família beneficiada varia de acordo com alguns critérios estabelecidos no Decreto nº 5.209/04. Para Silva; Yazbek e Giovanni, os benefícios devem ser pagos “às famílias pobres consideradas enquanto um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008, p. 139).

O quadro a seguir elucida quais os tipos de benefícios, o valor pago por pessoa e a composição familiar.

QUADRO 01. Critérios de inclusão e valores dos benefícios do Programa.

Renda familiar mensal <i>Per capita</i>	Benefício básico	Benefício Variável / Composição familiar
Até R\$ 77,00	R\$ 77,00	Famílias extremamente pobres independente da composição familiar
R\$ 35,00 até R\$ 154,00 (com até 05 pessoas)	-	Famílias com crianças de zero até 15 anos; Gestantes; Nutriz.
R\$ 42,00 até R\$ 154,00 (com até 02 pessoas)	-	Famílias com adolescentes de 16 e 17 anos

FONTE: MDS/ BRASIL (2015).

3. Condicionalidades

O Programa Bolsa Família é considerado uma política social inovadora e essencial, pois consegue, ao mesmo tempo, integrar diferentes setores como saúde, educação e assistência social para atuarem em conjunto na implementação da política sócio assistencial. Ressaltam Fava; Quinhões (2010):

O Programa Bolsa Família (PBF) apresenta algumas dessas características tidas como inovadoras e essenciais às políticas sociais na atualidade, quais sejam: praticar a intersetorialidade e a transversalidade; possibilitar o reconhecimento de demandas de grupos sociais marginalizados e dar condições de planejamento e à oferta de políticas e de serviços direcionados a essas populações; e permitir que a sociedade civil organizada, nos três níveis de governo, por meio de seus representantes, influencie a agenda políticas direcionadas aos segmentos excluídos e empobrecidos da sociedade brasileira e monitore as ações implementadas. (FAVA; QUINHÕES, 2010, p. 71).

A intersetorialidade e a transversalidade são características que contribuem para alcançar o principal objetivo do PBF, que é erradicação da pobreza através da emancipação das famílias. Neste sentido, faz-se vital a participação de várias políticas públicas no Programa.

O Programa de Transferência de Renda condicionada revela como uma política social visa promover a garantia dos direitos sociais. Os direitos já estão previstos na Constituição Federal de 1988.

Art.6º. São direitos sociais a educação, a saúde, alimentação, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL. Constituição, 1988).

A gestão e execução das condicionalidades do Programa são estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 251 de 12 de dezembro de 2012, que revoga a Portaria nº 321, de 29 de setembro de 2008. Esta Portaria regulamenta o acompanhamento e monitoramento das condicionalidades. O Quadro 02 sinaliza as três áreas sociais de atuação e quais os compromissos que as famílias beneficiárias assumem.

QUADRO 02: Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

I – Área da educação	II- Área da saúde	III- Área da assistência
a) Para as crianças e adolescentes de 06(seis) a 15(quinze) anos de idade, a matrícula e frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal; e b) Para adolescentes de 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente – BVJ, a matrícula e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal.	a) Para gestantes e nutrizes, o comparecimento às consultas de pré-natal e a assistência de puerpério, visando à promoção do aleitamento materno e aos cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança; e b) Para crianças menores de 7(sete) anos, o cumprimento do calendário de vacinação e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.	Para crianças e adolescentes de 15(quinze) anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil, a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária relativas aos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos-SCFV.

FONTE: Portaria MDS, Nº 251, 12 de dezembro 2012.

A gestão das condicionalidades indica como cada ente federativo deve acompanhar e monitorar as condicionalidades previstas no desenho do Programa, com os seguintes objetivos: fiscalizar e monitorar se as famílias cumprem os compromissos assumidos e garantir o acesso destas famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social. Segundo a SENARC,

O adequado monitoramento das condicionalidades pelas áreas de educação e de saúde permite identificar vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias a esses serviços a que têm direito, demandando ações do poder público direcionadas ao acompanhamento dessas famílias em situação de descumprimento. (MDS, 2013, p.01).

Na União, a responsabilidade em articular ações da gestão é do Departamento de Condicionalidades (DECON), já nos estados fica sob o jugo dos coordenadores estaduais do PBF e nos municípios a responsabilidade é do gestor municipal. A responsável pela condicionalidade em educação no âmbito federal é a Diretoria de Educação em Direitos e Inclusão (SECADI-MEC), nos estados são os coordenadores e nos municípios são técnicos da frequência escolar da secretaria municipal de educação.

O acompanhamento das condicionalidades é realizado pelos sistemas de cada Ministério: MS-Ministério da Saúde, MEC-Ministério da Educação e o MDS-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A condicionalidade na área da saúde tem o período de acompanhamento a cada seis meses; na área educacional a frequência é acompanhada a cada bimestre, através do sistema de condicionalidades (SICON).

O descumprimento das condições assumidas pelas famílias gera ações que são aplicadas de forma gradativa. De acordo com as normas registradas na Portaria nº 251, são elas:

- I - advertência, no primeiro registro de descumprimento;
- II - bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento;
- III - suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento;
- IV - cancelamento do benefício, somente após registro no Sistema de Condicionalidades – SICON de que a família foi inserida em serviço socioassistencial de acompanhamento familiar do município e, cumulativamente:
 - a) permaneça em situação de suspensão durante 12 meses, contados a partir da data de coexistência do acompanhamento familiar e da fase de suspensão; e
 - b) se, após 12 meses, apresentou novo descumprimento com efeito no benefício nas repercussões posteriores, respeitando os 06 meses para reinício dos efeitos gradativos. (MDS, 2013, p.01).

Para acompanhar o cumprimento das condicionalidades em cerca de 5.565 municípios brasileiros e o Distrito Federal, há uma rotina complexa. Segundo Ximenes e Agatte, alguns critérios e procedimentos são estabelecidos em todas as instâncias federativas sem ocasionar nenhum prejuízo às normas complementares (XIMENES; AGATTE, 2011). Estes autores sinalizam que, na Portaria nº 251, há três atividades centrais que compreendem a gestão das condicionalidades,

Coleta de informações, pelo município e/ou pelo estado, e registro periódico nos sistemas; aplicação dos efeitos decorrentes do descumprimento de condicionalidades; e sistematização de informações sobre as famílias beneficiárias (PBF) em situação de descumprimento de condicionalidades para subsidiar o acompanhamento por outras políticas públicas, de formar a reduzir as vulnerabilidades de tais famílias. (MDS apud XIMENES; AGATTE, 2011, p.14).

As contrapartidas do PBF são pontos essenciais no desenho do Programa e têm gerado muitas polêmicas nos debates teóricos. A discussão perpassa o entendimento sobre os objetivos das condicionalidades: por um lado, há o reconhecimento que elas servem para pressionar os serviços essenciais de saúde e educação, entretanto, por outro, os princípios da cidadania podem ser ameaçados na exigência do cumprimento.

Para alguns autores como Ximenes e Agatte (2010), o monitoramento e o acompanhamento dos acessos aos serviços sociais pela população beneficiária reforça o papel das políticas públicas. Para eles,

O principal objetivo das condicionalidades é a elevação do grau de efetivação dos direitos sociais dos beneficiários, historicamente os mais excluídos dos serviços de educação e saúde, ou os mais precariamente atendidos. (XIMENES; AGATTE, 2011, p.13).

Para Lavínias (apud MONNERAT et. al. 2007), as exigências do BF condicionam o direito constitucional à assistência a pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade, acentuando assim mais sua situação.

A condicionalidade, para SILVA apud MONNERAT et al. (2007),

Compreende a contrapartida como uma possibilidade de combinação do assistencial/compensatório com o estrutural, visto que, por exemplo, é a própria exigência de manter crianças na escola que permitiria minimizar os efeitos do trabalho infantil sobre as oportunidades de escolaridade de crianças e jovens. Logicamente que, dentro desta perspectiva, não cabe nenhum grau de punição às famílias (SILVA apud MONERATT et.al. 2007, p.1459).

Diante das inúmeras discussões sobre as condições exigidas pelo Programa, vale salientar que há uma real efetivação no quesito referente ao objetivo central, que é incluir as pessoas de baixa renda aos serviços básicos de educação, saúde e assistência. O monitoramento e acompanhamento das condicionalidades interligam os setores dos serviços sociais prestados a população, e é neste sentido um ponto positivo do BF.

4. Condicionalidade Frequência e o Direito à Educação

As condicionalidades do PBF são frutos de várias discussões. Nesta seção estão sinalizadas algumas contestações em relação à temática educacional, mas sem pretensão de esgotar o debate.

No desenho do Programa, o segundo eixo norteador registra o objetivo das contrapartidas, que tem a proposta de romper com o ciclo de reprodução da pobreza, proporcionando às famílias ampliação ao acesso aos direitos básicos de educação e saúde.

Segundo Pires (2013), a condicionalidade na área da educação surgiu no Brasil a partir das contribuições pelo economista José Márcio de Camargo, que propôs a associação da concessão do benefício do PGRM à frequência escolar das crianças e jovens das famílias beneficiárias, iniciadas por algumas prefeituras de São Paulo, na década de 1990.

Criado no ano de 2001, o Bolsa-Escola foi instituído pela Lei nº. 10.129 e regulamentado pelo Decreto nº. 3.823, tendo a efetivação em alguns municípios de São Paulo e mais outros 11 estados. Foi financiado em partes iguais, uma parte pelo governo federal e

outra sob responsabilidade dos municípios. O valor pago às famílias foi de R\$ 15,00 por filho matriculado com idade de 07 a 14 anos, não ultrapassando três crianças por famílias.

Os principais objetivos do Bolsa Escola eram:

- Possibilitar o acesso e a permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas da escola;
- Integrar as famílias ao processo educacional dos seus filhos;
- Reduzir os custos decorrentes da evasão e repetência escolar
- Contribuir para o combate ao trabalho infantil;
- Evitar permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008, p.118).

Segundo Silva, Yazbec e Giovanni (2008), o Bolsa-Escola foi considerado um Programa abrangente, mas não universal, pois alcançou integralmente a população-alvo. Isso devido principalmente à dificuldade de cada município de implementar a cota preestabelecida, também pelo valor irrisório distribuído às famílias de baixa renda, incapaz de produzir resultados economicamente satisfatórios.

De acordo com autores citados, os impactos almejados pelo Programa, como a redução de evasão e da repetência escolar e a universalização do ensino fundamental, não foram alcançados.

Sobretudo, ressalta-se o quadro de deficiência do Sistema Educacional brasileiro, em termos de possibilidade para atender a todas as crianças em idade escolar e, principalmente, em termos da baixa qualidade do ensino oferecido, quadro em nada alterado com a implantação desse Programa. (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2008, p.119).

Pires (2013) sinaliza também a importância do entendimento de Camargo referente à associação do papel da escola aos Programas, mostrando qual é a contribuição das instituições escolares, ou seja, minimizar as mazelas daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, encerrando assim um ciclo.

No entendimento de Camargo [...] as crianças pobres saem cedo da escola, se engajam em trabalhos pouco qualificados e sem perspectivas profissionais. Sua contribuição para a renda familiar de hoje é relativamente grande, mas serão os pobres de amanhã. Nessas condições, aumentar a renda da família é fundamental para que ela possa manter seus filhos na escola e quebrar este elo entre pobreza de hoje e pobreza do futuro. (CAMARGO apud PIRES 2013, p.173).

Para Craveiro e Ximenes (2010), a contribuição do sistema educacional é considerada primordial na intervenção para a redução pobreza intergeracional. A educação é uma estratégia essencial na obtenção dos resultados esperados, pois

A educação exerce, certamente, papel fundamental no rompimento deste ciclo à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direitos uma educação de qualidade social com aprendizagens significativas. Para a conquista desta qualidade socialmente referenciada, a assiduidade nas atividades escolares é tarefa fundamental (CRAVEIRO; XIMENES, 2010, p.110).

A condicionalidade frequência pretende possibilitar às crianças e jovens pobres a inclusão, permanência e progressão no sistema educacional da rede básica. Entretanto, o agravamento das desigualdades sociais e econômicas interfere diretamente na universalização da educação. Sendo assim, é impossível dissociar situação socioeconômica vivida pelos educandos do desempenho na vida estudantil (CRAVEIRO; XIMENES, 2010).

Um aspecto a ser considerado em relação à exigência da matrícula e permanência das crianças em situação de pobreza ou extrema pobreza diz respeito à importância da educação e escolarização na visão das famílias, considerando que a família beneficiada pelo PBF é composta por pessoas analfabetas ou com poucos anos de escolaridade.

Vale salientar que a concepção de educação aqui é entendida como processos de novas aprendizagens e, por conseguinte, novos comportamentos (GOHN, 2005). A educação aqui é definida como:

[...] relativa a todos os processos que envolvem a aprendizagem de novas informações referentes a novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos. Este conjunto, após sistematizado, codificado e assimilado pelos indivíduos e grupos sociais, constitui elementos fundamentais para a geração de novas mentalidades e novas práticas sociais, fundamentais para a formação dos indivíduos enquanto cidadãos.(GOHN, 2005, p.57).

Pires (2013) explica que, no desenho do PBF, a condicionalidade na área educacional pressupõe que, ao cumprirem as exigências da matrícula e permanência das crianças em unidades escolares, estariam quando adultas ampliando assim seu capital humano⁴, como em consequência disso, seriam aptas para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a escola torna-se um espaço de obtenção de habilidades específicas, produção e reprodução dos conhecimentos para aumentar a capacidade da produtividade, sem levar em conta o processo de formação da pessoa, para atender as exigências do mercado.

⁴A teoria do Capital Humano surgiu em meados da década de setenta do século passado nos escritos de Theodore W. Schultz, dentro de um debate acadêmico que buscava repensar a forma como pensamento econômico clássico explicava o aumento da produção das sociedades ocidentais desenvolvidas do pós-guerra. De maneira muito esquemática, à Teoria do Capital Humano, entende que as diferenças nas capacidades adquiridas pela mão de obra ao longo do tempo são tributárias dos investimentos feitos na educação, entendido como capital. (PIRES, 2013).

É necessário ressaltar a compreensão da escola na dimensão do sistema capitalista. Fenômenos provenientes da realidade sócio histórico brasileiro, manifestados pelas múltiplas expressões da questão social, interferem diretamente no cotidiano da escola e nas interações sociais. Conforme Almeida afirma

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda do atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social. (ALMEIDA, 2005, p.18).

A crítica à condicionalidade frequência neste ponto é crucial. Conforme Pires (2013), a escola não pode ser considerada como fator de mobilidade social, pois ela reproduz a desigualdade social. O autor argumenta sua crítica referenciando o pensamento de Bourdieu:

Na visão do sociólogo francês, a escola é um dos instrumentos mais eficazes para a conservação da desigualdade social, uma vez que legitima, pela atuação do Estado na elaboração dos currículos escolares, por exemplo, formas de reprodução social que sancionam a herança cultural como um dos fatores mais relevantes para o sucesso dos indivíduos. De fato, o sistema escolar, na visão de Bourdieu, trata como iguais os desiguais e assim contribui fortemente para a legitimação da reprodução social de forma excludente (PIRES, 2013, p.519).

A assiduidade de crianças e jovens no ensino básico tem outra premissa, o enfrentamento ao trabalho infantil tendo com intuito erradicar este tipo de exploração. Seu objetivo principal é oriundo do PETI (Programa unificado ao PBF). Para alguns autores:

Trata-se, por conseguinte, de um Programa implementado em parceria com estados e municípios e a sociedade civil. Objetiva, segundo o discurso de seus idealizadores, erradicar as piores formas de trabalho infantil nas zonas rurais e urbanas, em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, possibilitando o acesso e permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola (SILVA; YAZBEC; GIOVANNI, 2010, p. 106).

Estudos feitos por pesquisadores como Brito (2011) e Pires (2013) indicam como resultado, a frequência escolar não garante o embate ao trabalho infantil, uma vez que o

dinheiro pago às famílias não é suficiente para coibir o trabalho infantil. De acordo com a pesquisa feita por Kerstenetzky e Brito (apud Pires2013), a análise realizada revela que:

Este resultado parece contraditório, uma vez que as famílias que recebem uma transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças tenderiam a ter menor proporção de crianças trabalhando relativamente aos que não recebem tal benefício, visto que o não recebimento poderia aumentar a necessidade do trabalho dos filhos como complemento da renda familiar. Portanto, pode-se pensar na possibilidade de o programa Bolsa Família ainda não ter se constituído em um substituto da renda das crianças pertencentes a famílias mais pobres (...) o fato, porém, é que se as crianças seguem trabalhando é porque o valor dos benefícios não tem sido para um bom número de famílias, suficiente para deter o trabalho infantil (KERSTENETZKY; BRITO apud PIRES, 2013, p.522).

O monitoramento e acompanhamento da condicionalidade frequência envolve uma ação articulada entre o MEC e MDS, estados e tendo uma real efetivação dos municípios. São 5.570 municípios brasileiros, cerca de 30 mil operadores do Sistema Presença, com mais de 170 mil escolas que acompanham a frequência mínima do PBF. (MDS, 2013).

O acompanhamento das condicionalidades na educação básica tem periodicidade bimestral, as unidades escolares realizam a coleta de informações, enviam ao operador municipal do Sistema Presença que, após registrar a frequência no sistema, encaminha para o gestor municipal do PBF.

Competem à Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, através da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (CGAIE) duas funções de extrema importância, as quais são: acompanhar juntamente com o sistema de ensino a frequência dos estudantes/ beneficiários e propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar para àquelas crianças e jovens que estão em situação de vulnerabilidade (CRAVEIRO; XIMENES, 2010).

Segundo Craveiro e Ximenes (2010), as etapas da coleta da frequência escolar têm três pontos que merecem destaque. São eles:

- buscar a efetivação do direito à educação para todos, mediante a avaliação dos beneficiários que se encontram em situação de “não localizados”, adotando forte ação intersetorial nos três níveis de governo para identificação daqueles que de fato estão “fora da escola”;
- avaliar intersetorialmente os registros de ocorrências de “baixa frequência”, desistência, abandono e evasão escolar, mobilizando a rede de proteção ao escolar quando se detectar motivos que sinalizam violação de direitos;
- fortalecer a rede de parceiras e contribuir para o aprimoramento da ação- a alta rotatividade dos técnicos municipais responsáveis pelo acompanhamento

sinaliza a necessidade de um estratégico programa de formação continuada (CRAVEIRO; XIMENES, 2010, p 113-114).

Quando o MDS recebe as informações sobre o cumprimento ou não da condicionalidade pelos estudantes/ beneficiários do PBF são tomadas as medidas cabíveis. Se a frequência mínima for registrada, a concessão do benefício é liberada, porém a infrequência gera algumas sanções, que são feitas de forma gradativa para as famílias. Ao descumprir o compromisso educacional do Programa, a família é incentivada e orientada até cinco vezes até a perda do benefício, e esta flexibilidade do desenho do PBF tem sido motivo de crítica. (FAVA: QUINHÕES, 2010).

O debate sobre a condicionalidade é bastante amplo, sobretudo por um ponto relevante: a exigência do estudante na escola. Isso não dá garantia que estes aprendam na idade adequada, na progressão e promoção e, por conseguinte, de em continuidade aos estudos e nem dá garantia à inclusão no mundo do trabalho.

Para Kerstenetzky apud Pires (2010), a discussão sobre uma real efetividade da condicionalidade frequência tem que considerar a qualidade do ensino, principalmente nos serviços prestados pela escola pública.

Vale ressaltar que é necessário contextualizar a historicidade da escola pública no Brasil. Segundo Silva (2007), em várias transformações no decorrer dos anos, a instituição torna-se um espaço privilegiado de ensino e tem vários significados:

Nenhuma instituição recebeu tantos adjetivos quanto à escola pública. Nos anos 70 foi denominada de tecnicista, nos anos 80, foi considerada elitista, excludente, burocrática, reprodutora. E nos anos 90, por conta das teses neoliberais, foi considerada incompetente, e seus profissionais improdutivos (SILVA, 2007, p.26).

A sistematização da educação escolar brasileira acontece na década de oitenta, resultante da pressão dos movimentos de origem popular, a qual resultou na elaboração do projeto para uma nova LDB (Lei Diretrizes e Bases) e classificação das demandas educacionais (GOHN, 2005). “Assim, estamos entendendo por demandas educacionais o conjunto de necessidades da sociedade que demandam processos de ensino e aprendizagem”. (GOHN, 2005, p.57).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) regulamenta e legitima o sistema educacional em todos os níveis. A legislação estabelece os princípios, os deveres e responsabilidades de cada ente federativo. Também divide a educação em dois níveis: rede básica e ensino superior.

A LDB compreende a educação como direito social em todas as modalidades e níveis. Afirma assim que

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação profissional, indígena, no campo e ensino a distancia (BRASIL/LDB, 2010, p.3).

A Constituição Federal de 1988 é um marco na história da cidadania brasileira, para a preservação da dignidade da pessoa humana. Mas, para conquistar os direitos sociais inerentes a todos, como direito à educação, saúde, moradia, alimentação previstos na Lei, é importante destacar o social como eixo norteador da gestão das políticas públicas. (CRAVEIRO; XIMENES, 2010).

Sabe-se que cada ente federado possui atribuições e responsabilidades no regime de organização dos sistemas de ensino. Craveiro e Ximenes sinalizam a relação entre as funções da União, Estados, Distrito Federal e os municípios, ilustrando a Emenda Constitucional nº 59/2009:

Artigo 208.

I – Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático – escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Artigo 211.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Artigo 212.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

Artigo 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de educação decenal, com o objetivo de articular o sistema de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I – erradicação do analfabetismo;

- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL apud CRAVEIROS; XIMENES, 2010, p.111).

5. As três dimensões de análise

A partir desta seção, trato de algumas constatações sob a luz das três dimensões que ofereceram a base para a pesquisa: a primeira dimensão diz respeito à percepção do corpo docente e da família do aluno beneficiário em respeito ao ensino-aprendizado; a segunda dimensão trata da aproximação da família à escola, o vínculo estabelecido entre as partes envolvidas no processo escolar; e a última dimensão se refere à permanência ou não dos discentes incluídos no Programa nas atividades escolares, focalizando a diferença entre uma escola situada na zona urbana e outra na zona rural.

A análise do processo de ensino-aprendizado é discutida em várias abordagens teóricas. Segundo Santos, são elas: “abordagem tradicional, abordagem comportamentalista, abordagem humanista, abordagem cognitivista e abordagem sociocultural.” (SANTOS, 2005, p.19). Saliento que, as correntes aqui citadas explicam o entendimento acerca da complexidade do ato de ensinar e aprender. Conforme Santos,

Parece, pelas diversas abordagens, que as teorias e seus diferentes enfoques ainda não constituem um corpo de conhecimentos capaz de explicar e/ou prever todos os aspectos do fenômeno educativo em suas diferentes situações. Por outro lado, é inegável que a educação não pode ser analisada isoladamente, sem considerarmos a sociedade-cultura envolvida nem tampouco seu momento histórico, com todos os seus efeitos sobre os indivíduos. (SANTOS, 2005, p.28).

Na educação formal, as escolas são instrumentos de socialização e neste espaço percebe-se a inteiração entre os elementos que a constituem: professor, aluno e o conteúdo a ser apreendido. Para cada tipo de abordagem teórica, deve considerar a educação e sua historicidade, suas causas e efeitos. (SANTOS, 2005).

Considerando os múltiplos conceitos sobre o processo de ensino-aprendizagem, a compreensão utilizada para a presente análise, gira em torno da abordagem que tem o aluno como autor principal da relação cotidiana da rede de ensino. Alguns autores, como

Vasconcelos, Praia e Almeida (2003), descrevem como cada elemento é percebido no processo educacional atualmente,

Em primeiro lugar, o aluno assume um papel central no processo de ensino-aprendizagem. Cabe-lhe um papel ativo de construção de conhecimento e, para isso, importa que o professor conheça esse aluno e a fase desenvolvimental em que se encontra. Em segundo lugar, “aprender” deixa de ser, sobretudo, informar-se e passa a ser “conhecer”. Essa ideia torna o processo de ensino-aprendizagem mais ativo mais assente na descoberta e resolução de problemas, na construção e desconstrução de significados pessoais. Finalmente, aposta-se cada vez mais na convergência e diversidade de metodologias de ensino, no papel instrumental dos conteúdos curriculares e na ação do “outro” nas nossas próprias aprendizagens. Nessa altura, o professor assume também um papel importante de “tutor” do aluno, não o substituindo, mas acompanhando e modelando as suas aprendizagens. Igualmente interessante será o recurso, por parte do professor, à simulação de problemas por meio do acesso mais generalizado às novas tecnologias ou ao trabalho de grupo por parte dos alunos, estimulando-se a aprendizagem por confronto de posições individuais e cooperação dos pares. (VASCONCELOS; PRAIA; ALMEIDA, 2003, p.17).

O sucesso escolar do discente reflete na inteiração com a família e a escola. A escola mencionada é o estabelecimento de ensino gratuito, ou seja, a instituição pública. É formada por sujeitos diversos, sua composição é feita por: alunos, professores, equipe técnica e pelos pais e/ou responsáveis.

A relação entre os envolvidos no sistema educacional tem sido alvo de debates por pesquisadores da área da educação, principalmente a relação existente entre a escola e a família. De acordo com Cruz (2007), a relação família-escola tem sido bastante conflituosa, neste sentido afirma que:

A escola tem vivenciado profundas crises nos últimos anos. A impressão que temos, muitas vezes, é que o rumo a ser tomado é incerto. Nesta realidade complexa, podemos observar crianças que não se interessam pela escola; professores que procuram explicações para o fracasso de grande parte de seus alunos; teóricos buscando refletir e apontar caminhos para solucionar os problemas da educação; professores que acusam os alunos de serem indiferentes à escola e às suas respectivas famílias por não acompanharem o processo ensino – aprendizagem de seus filhos ou tutelados. Esses são, entre outros, os problemas vivenciados, atualmente, pela educação formal. (CRUZ, 2007, p.28).

Uma das explicações para o conflito entre a escola e a família⁵ do estudante está na concepção da tipologia familiar que constitui as instituições de ensino. Cruz sinaliza alguns tipos da composição familiar na rede municipal de ensino.

⁵ A discussão sobre ideologia de gênero considera que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, os papéis sociais “homem e mulher” não são determinados pela tendência biológica,

Dentre essas tipologias, podemos citar algumas: nucleares (pai, mãe, filho ou filhos), reconstruídas (casais separados que contraem novas núpcias, muitas vezes juntando filhos do casal anterior e gerando outros), monoparentais (chefiadas por mulheres ou homens), casais gays que vêm reivindicando o direito de constituir uma família do tipo nuclear (pai e pai ou mãe e mãe), com filhos adotivos ou naturais, entre outras. Essa multiplicidade de tipologias familiares vem sendo diluída, pelo menos no que se refere às intenções da escola, no único modelo – a família nuclear (CRUZ, 2007, p.32).

Mesmo com o conflito existente, as famílias ainda acreditam que a escola exerce sua função de instruir seus filhos, objetivando no futuro uma melhoria na qualidade de vida. Sendo assim,

A escolaridade é vista pelas famílias populares, como fator de melhoria de condições de vida para os descendentes, levando, portanto, ao investimento na sua escolaridade, mesmo quando estes resultados apontam para um caminho chamando fracasso escolar. Há, portanto, indícios de que as famílias guardam sempre uma esperança de ascensão social mediante a educação formal (GUSMÃO; D'ÁVILA, 1997 apud CRUZ, 2007, p. 41).

O fracasso escolar muitas vezes é associado pelos docentes às famílias do estudante, que são formadas por mães ou responsáveis analfabetas ou pouco instruídas. Entretanto, estudos sobre a negligência das famílias de classes populares revelam que atividades escolares das crianças têm a ajuda dos irmãos mais velhos ou dos reforços escolares pagos pelos responsáveis. (MARINI, 2000 apud CRUZ, 2007).

Segundo Cruz (2007), o conflito existente na relação família-escola resumidamente se dá pelo fato da escola ter um discurso hegemônico de grupo familiar patriarcal, sem considerar os diferentes contextos e as dimensões socioeconômicas, e da sua falta de habilidade para lidar com esta realidade.

A evasão escolar também pode ser considerada como um fracasso escolar. Vários fatores podem contribuir para a saída dos estudantes da escola sem concluírem o ensino básico.

Souza et al (2011) sinalizam que estudos e pesquisas sobre evasão escolar são originados por fatores externos e internos à escola. Os fatores externos se constituem como o

mas sim como uma construção social. Esse debate foi incluído na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2014. Tendo também uma discussão entre políticos, pesquisadores, organizações dos movimentos sociais em torno do conceito de família, principalmente aqueles que entendem a família como comunidade natural e aqueles que entendem a família sob a ótica da diversidade de arranjos. Dois projetos de lei estão tramitando no Congresso, que são denominados Estatuto da Família PL nº 2285/2007 e PL nº 6583/2013. (POST; COSTA, 2015).

trabalho, as desigualdades sociais, a relação familiar e as drogas; já os fatores internos estão no desenvolvimento das atividades escolares. Para alguns autores nas décadas de 1970 e 1980, a evasão escolar está intimamente ligada ao nível socioeconômico dos alunos, pois o índice de rendimento destes alunos é menor daqueles alunos com mais recursos financeiros, propensos neste sentido a abandonarem a escola. (GATTI et. al. apud SOUZA et.al, 2011).

Os fatores internos referentes ao abandono refletem a função que a escola tem de produção e reprodução do conservadorismo com a intenção de criar as massas de manobras, sobretudo pela qualidade de ensino ofertado. Neste sentido, autores como Bourdieu e Passeron (apud SOUZA et al., 2011) assinalam

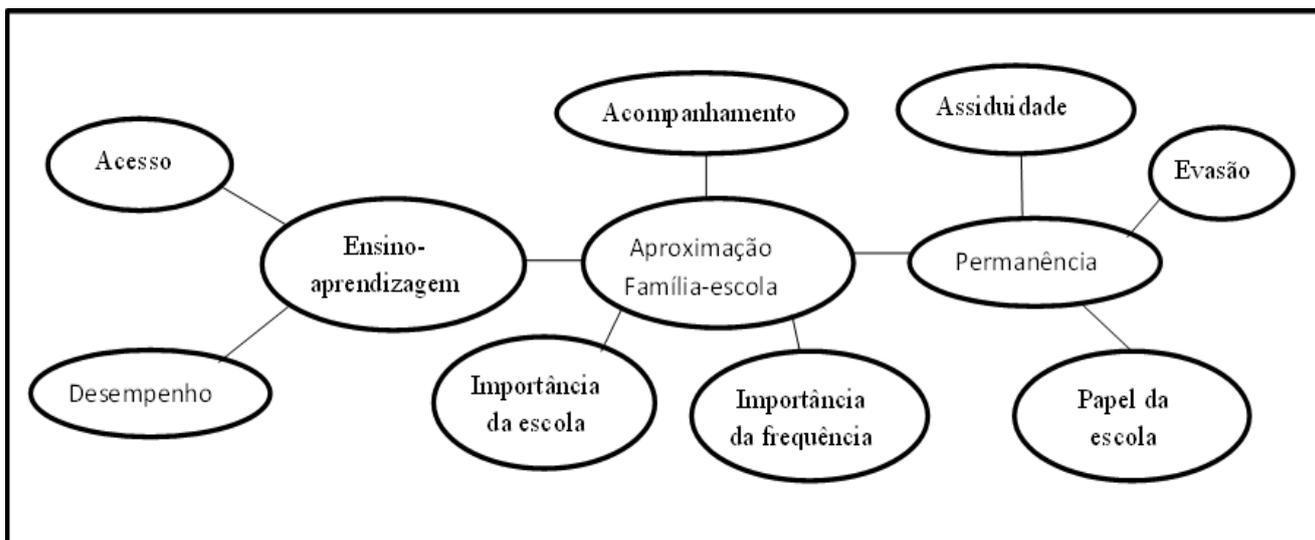
[...] a responsabilidade da escola, pois para eles, a evasão e a repetência estão longe de serem problemas relacionados às características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, são reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade. Ainda para os autores, a evasão e o fracasso escolar trazem embutida na sua problemática a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola. Esta tese apoia-se teoricamente no pensamento educacional da doutrina liberal, que oferece argumentos legitimadores da sociedade capitalista, a qual tenta fazer com que as pessoas acreditem que são responsáveis pelo sucesso ou fracasso social. O fato de ser a escola das classes populares que fracassa ocorre em virtude de servir de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa (SOUZA et. al., 2011, p. 28).

A literatura até aqui revisada não distingue os aspectos relacionados nas três dimensões analisadas; o ensino – aprendizado; aproximação família- escola e permanência ou não dos alunos das escolas da zona rural e zona urbana, em relação à condicionalidade frequência do PBF. Neste trabalho, procuro observar se há diferença entre eles, no município de Governador Mangabeira.

6. Quadro de Análise

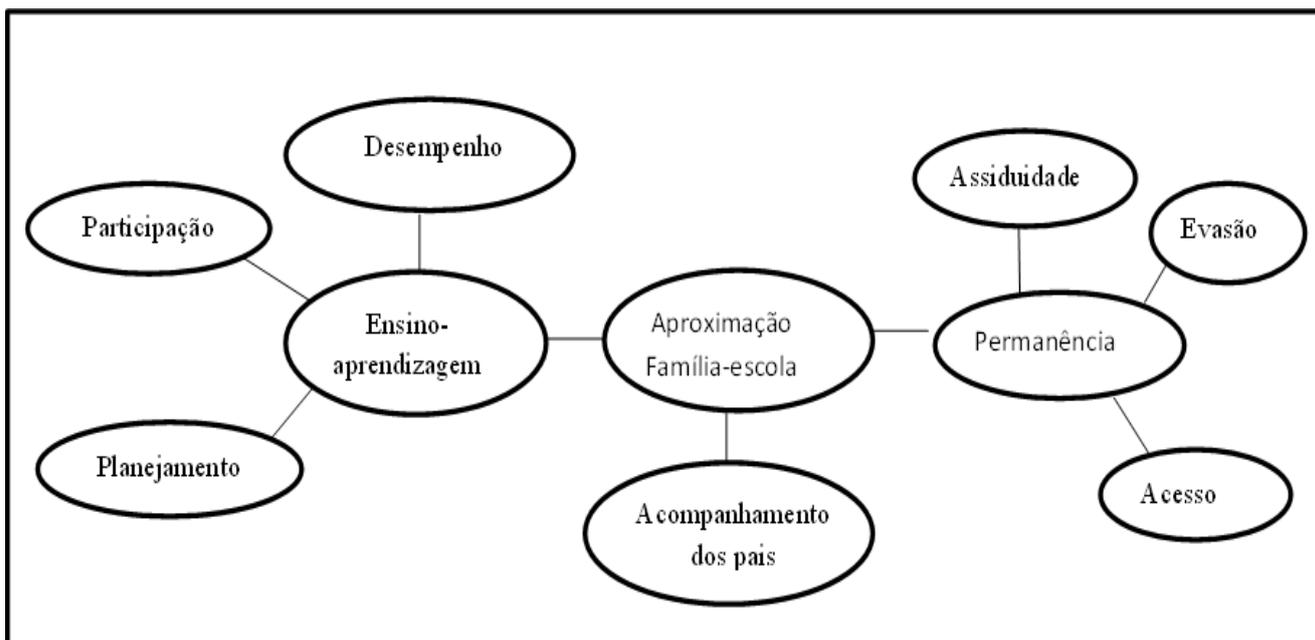
A partir das leituras e elaboração da fundamentação teórica, foi possível delimitar um quadro para análise da opinião de famílias, técnicos e docentes, de duas unidades escolares das zonas urbana e rural de Governador Mangabeira, acerca da condicionalidade frequência do PBF. As figuras a seguir ilustram o quadro utilizado para a elaboração dos roteiros de entrevista e posterior análise dos dados coletados.

Figura 01: MÃES



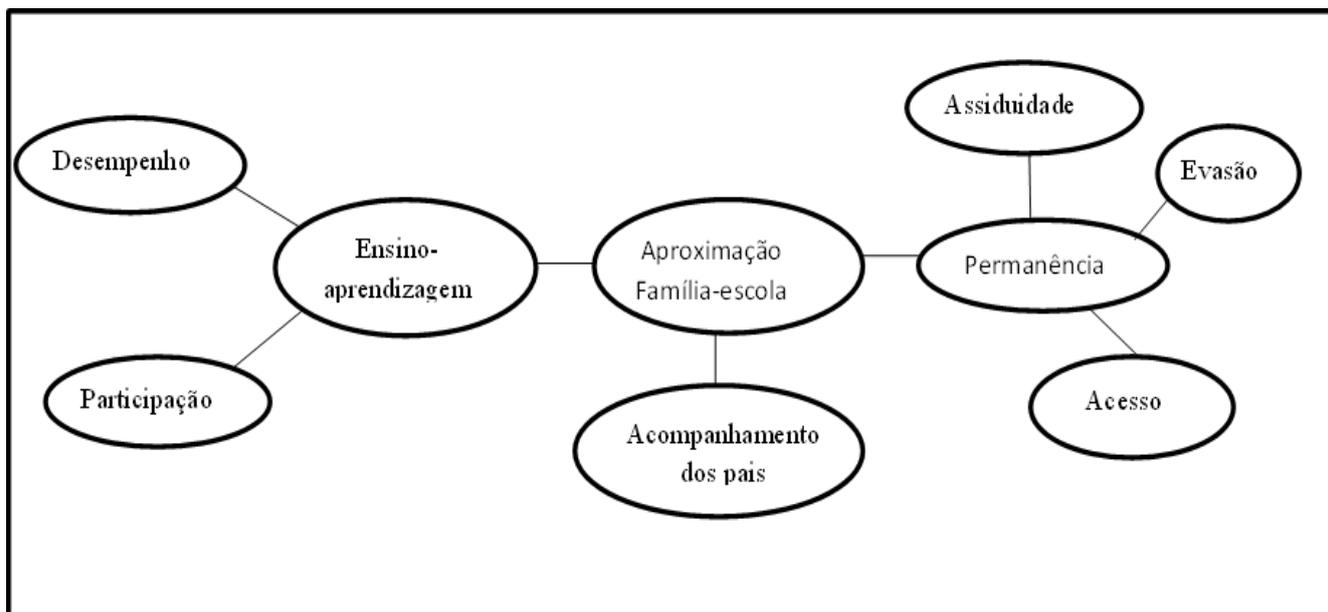
Fonte: elaborado pelo autor

Figura 02: PROFESSORES



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 03: TÉCNICOS DO PBF MUNICIPAL



Fonte: elaborado pelo autor

2. PANORAMA EDUCACIONAL EM GOVERNADOR MANGABEIRA

Os municípios brasileiros têm características peculiares. São definidos como, em sentido sociológico, um agrupamento de pessoas no mesmo território para satisfação de necessidades individuais e coletivas. No que tange o aspecto político, o município é uma entidade estatal de terceiro grau, na ordem federativa, com atribuições próprias e governo autônomo, sujeitos ao Estado por laços constitucionais indestrutíveis (CF, Art. 18, VII, c). No campo jurídico, o município é pessoa jurídica de Direito Público interno, capacitado para exercer direitos e contrair obrigações em seu próprio nome, respondendo por todos os atos dos seus agentes (CF, art.37, §6º). (LIMA; PEREIRA, 2008).

Sendo assim, a partir do desmembramento da cidade de Muritiba, o então distrito de Cabeça foi instituído Município de Governador Mangabeira, através da Lei nº 1639/62, em 14 de março de 1962, com limites redefinidos pela Lei nº9386/05 de 12 de janeiro de 2005. Recebeu este nome em homenagem ao governador do estado Octávio Mangabeira. Sua localização está na microrregião do Recôncavo sul da Bahia, com uma população estimada de 19.826 habitantes, segundo dados do censo demográfico de 2010, tendo como principal atividade econômica a agricultura de subsistência, policultura baseada na produção de laranja, limão, lima, mandioca, fumo e muitas outras frutíferas. (LIMA; PEREIRA, 2008).

Após a formalização do processo de emancipação, a organização da cidade está atrelada às competências de cada ente federativo. A criação da Lei Orgânica Municipal não fere os princípios da Constituição Federal, mas respalda o funcionamento de um município. No caso de Governador Mangabeira, a Lei Orgânica foi promulgada em 1990 e reformulada em 2004. (LIMA; PEREIRA, 2008).

Depois da emancipação em 1962, o sistema educacional contava com apenas três escolas públicas mantidas pelo governo do Estado. Atualmente é composto por 30 unidades escolares sob a responsabilidade da Prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à descentralização dos serviços educacionais, orientada pela LDB 9.394/96, que diz:

Art.11 Os Municípios incumbir-se-ão de:
Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL/LDB, 2010, p.15).

Sendo assim, a Secretaria de Educação é um órgão que gesta o sistema de educacional, no qual, de forma plena e com autonomia, tem o dever de organizar e manter a rede escolar e os órgãos que a integram.

A Secretaria de Educação tem, como principais atribuições, formular e coordenar a política de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência. Também faz parte de suas atribuições garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurar aos alunos da zona rural do Município a gratuidade e obrigatoriedade do transporte escolar e estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público municipal. Além disso, valorizar os profissionais da educação, garantindo-lhes planos de carreira específicos dentro do serviço público municipal.

Conforme dados do Boletim Municipal do *site* do MDS (2015), o município tem o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza de 34,4% na zona rural e 12,8% na área urbana. A taxa de analfabetismo das pessoas é 10,8% na zona urbana e 19,3% na área rural. O segmento de crianças e adolescentes equivale a 5.140 habitantes, sendo a taxa de analfabetismo entre adolescentes de 10 a 14 anos de 5,5%, dados fornecidos pelo Censo 2010.

Com base no *site* do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), o município teve no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para o ensino fundamental no ano de 2013, foi de 4,1 pontos em média. O ensino fundamental II, índice foi

de 3,3 pontos. A taxa de distorção idade-série estava em 30,3%. Já a taxa de aprovação era 81,8%, de reprovação 15,3% e evasão de 2,9%, de acordo com dados coletados no *site* e com ano-base 2014. Estes índices demonstram como o sistema educacional municipal pode transformar os problemas mais graves enfrentados no processo de ensino-aprendizagem, embora reconheça que a média do indicador ainda está abaixo da média, à secretaria de educação tem o IDEB como um diagnóstico para elencar estratégias para melhorar o desempenho dos estudantes.

A cidade de Governador Mangabeira possui trintas escolas do Ensino Fundamental, distribuídas entre os bairros da sede e as comunidades da zona rural. Há também duas escolas estaduais, no município, as quais ofertam o Ensino Médio, e uma escola particular.

A rede básica oferece duas escolas do Ensino Fundamental II (6º ao 9º), que são: o Centro Educacional Angelita Gesteira (CEAG), situado na zona urbana, e o Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira (CEPAVP), localizado em Quixabeira, na zona rural.

A educação básica no nível fundamental II compreende do 6º (sexto) ao 9º(nono) ano, é de responsabilidade do município, mantendo, gerindo os recursos e organizando todo o sistema, seus currículos e normas, em observância com a política nacional de educação.

De acordo com a LDB 9394/96, o município organiza seu calendário escolar anual, a cada ano letivo, respeitando os duzentos dias de efetivo trabalho escolar, no total de oitocentas horas/aulas. Os critérios de classificação de cada ano ou série podem ser feitos por: a) promoção; b) transferências; c) mediante a avaliação feita pela escola. Outro ponto importante diz respeito ao que se refere o Art. 24:

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação (LBD 9394, 1996, p. 15).

As escolas de ensino fundamental II são espaços privilegiados para o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens, assegurando a igualdade de acesso e permanência, numa investigação das inteirações sociais da prática cotidiana dos envolvidos no processo.

Neste sentido, o estudo da prática escolar não pode restringir-se a um mero retrato do que se passa no seu cotidiano, mas deve envolver um processo de reconstrução dessa prática, desvelando suas múltiplas dimensões, refazendo seu movimento, apontando suas contradições e recuperando a força viva que nela está presente. (ANDRÉ, 2008, p.141).

Mediante publicação no Diário Oficial do dia 09 de novembro de 1995, o Conselho Estadual de Educação reconheceu e autorizou o funcionamento do Centro Educacional Felix

Mendonça (CEFAM) que posteriormente foi denominado Centro Educacional Professora Angelita Gesteira. (CEAG).

O ato de criação foi o Decreto 01/93 de 04 de janeiro de 1993 que almejava a autorização do estabelecimento. Partindo deste processo, foi emitido o processo do Conselho Estadual da Educação (CEE) nº. 074/93 e Parecer conclusivo CEE – nº 218/95 favorável ao funcionamento do Centro Educacional, a ser mantido pela Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira com os cursos de ensino fundamental da 5ª a 8ª série, assim como as bases legais para funcionamento do ensino médio nas habilitações (Formação para o ensino médio, para o magistério e técnico em contabilidade).

Partindo desse parecer foi emitida uma resolução, CEE 186/95, que autorizou o funcionamento do Centro Educacional mencionado com sede no município de Governador Mangabeira-BA, a funcionar com ensino fundamental II, Ensino Médio com habilitações para formação para o Magistério, Técnico em Contabilidade e Formação Geral, conforme a lei nº 7044/82.

Atualmente o CEAG funciona atendendo o nível de ensino fundamental II. Sua clientela tem faixa etária entre 10 a 18 anos. Localiza-se no centro de cidade, a matrícula efetivada no ano de 2015 foi de 1.087 alunos distribuídos no turno matutino e vespertino. Possui um diretor, dois vices-diretores e quatro coordenadores pedagógicos. Seu quadro docente tem total de cinquenta e seis professores, um secretário escolar, dois monitores de áreas e treze auxiliares de apoio.

O Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira (CEPAVP) é uma escola municipalizada. Teve seu ato de criação no dia 12 de abril de 1984, no Diário Oficial do Estado da Bahia, com a resolução no Conselho Estadual de Educação nº. 30445 e o Parecer nº. 30433 como uma escola estadual, mas foi municipalizada no ano de 1999. Localiza-se na Praça Jonival Lucas, Quixabeira, zona rural de Governador Mangabeira- BA.

A instituição possui uma equipe diretiva composta por um diretor e três vices, um para cada turno. Também um secretário escolar, um coordenador, trinta e seis docentes, três auxiliares administrativos e seis funcionários de apoio (porteiro e auxiliar de serviços gerais).

A unidade de ensino funciona com as modalidades de Ensino Fundamental II: Regular e EJA (Educação para jovens e adultos). Seu público alvo tem entre 10 a 55 anos de idade. Ressalta-se ainda que seja a segunda maior escola do município, em termos de infraestrutura: contém vinte e três salas de aulas, uma quadra poliesportiva, uma sala de multimeios, uma

sala de informática, uma biblioteca, uma cozinha, banheiros. Sua clientela é oriunda das comunidades adjacentes. No ano letivo de 2015 foi efetuado o total de 539 matriculas.

Conforme dados colhidos do *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) as duas instituições escolares no ano de 2014 apresentam relevantes indicadores educacionais. O quadro abaixo sinaliza as taxas de rendimento.

QUADRO 03. Taxas de rendimento do CEAG e CEPAVP em 2014.

Escolas	CEAG	CEPAVP
	(6º ao 9º)	(6º ao 9º)
Aprovação	66,6	79,4
Reprovação	28,1	17,5
Abandono / evasão	5,3	3,1

FONTE: Dados coletados pelo *site* do INEP.

No ano letivo de 2014 também foi medida a taxa de distorção idade-série: o CEAG apresentou um total de 43,1% em defasagem, enquanto o CEPAVP teve o total de 42,5%. Ambas as escolas utilizaram em média de 5,1 hora-aula.

Um dado importante é preciso destacar: a partir de 2013, o INEP iniciou a pesquisa por indicador de nível socioeconômico por escola, o INSE. Este índice trata

[...] de uma medida cujo objetivo é situar o conjunto dos alunos atendidos por cada escola em um estrato, definido pelo nível de escolaridade dos pais, posse de bens, renda e contratação de serviços pela família dos alunos (INEP, 2014, p.01).

Esse indicador revela que, nos dois centros escolares, em 2014 registrou-se o total de 207 alunos em situação de extrema pobreza, sendo 114 alunos do CEAG - um registro de 43,62% dos estudantes, considerando o INSE como médio-baixo; o CEPAVP registrou o total de 93 alunos, o percentual de 39,45% foi apontado pelo INSE como nível baixo.

Contudo, diante das leituras dos indicadores acima citados, não há possibilidade de cruzamento com os dados do CadÚnico, pelo menos no município pesquisado.

3. RESULTADOS

Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) o município de Governador Mangabeira tem uma concentração de famílias de baixa renda, ou seja, famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, no total de 5.364, dados colhidos pelo CadÚnico, referente ao mês de novembro de 2015. O cadastro revela que estas famílias estão divididas em:

- 2.377 com renda per capita familiar de até R\$ 77,00;
- 1.115 com renda per capita familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00;
- 1.168 com renda per capita familiar entre 154,00 e meio salário mínimo;
- 704 com renda per capita acima de meio salário mínimo. (MDS/2015).

O *site* do SAGI revela que o PBF beneficiou, até mês de janeiro de 2016, um total de 3.068 famílias pobres do município. Consta também a informação referente à condicionalidade frequência exigida pelo Programa: o monitoramento e acompanhamento da frequência mínima escolar atingiu no bimestre de setembro/ outubro de 2015, um percentual de 88,8% para as crianças e adolescentes com idade entre 06 a 15 anos. Já entre os jovens de 16 e 17 anos, o percentual foi de 70,0%.

No que diz respeito à condicionalidade frequência na base do *site* do SAGI, os dados encontrados referem-se ao mês de setembro de 2015. Neste mês o total de crianças, adolescentes e jovens atendidos foi 6.081, dos quais 2.952 alunos/beneficiários atenderam a frequência mínima e 117 alunos/ beneficiários estiveram abaixo da frequência exigida. Não foram localizadas 556 beneficiários nas escolas do município, que podem ser dois motivos específicos: o primeiro motivo é mudança de moradia da família para outra cidade e/ou estado e o segundo pela falta de recursos necessário para busca destas famílias.

O quadro a seguir demonstra os efeitos e quantidade pelo descumprimento das condicionalidades, tendo o mês de referência novembro de 2015.

QUADRO 04: Efeitos por descumprimento, mês referencia novembro 2015

Efeitos por descumprimento das condicionalidades (BV e BVJ)	Quantidade
Total de advertências	36
Total de bloqueios	37
Total de suspensão	06
Total de cancelamentos	00

FONTE: Dados coletados no *site* do SAGI, 2015.

As famílias que se encontram sob os efeitos dos descumprimentos podem recorrer através do Gestor Municipal, com recursos para normatizar os benefícios. No mês de setembro, foram cadastrados e avaliados no total de 05 recursos, sendo 03 avaliados e deferidos e 02 avaliados e indeferidos.

A gestão municipal tem como órgão responsável a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Sr. Luís Carlos Gomes da Silva, como Secretário Municipal. A gestora municipal do PBF é Francineia Palmeira dos Santos. O atendimento é feito em um anexo da secretaria, localizada na Praça Castro Alves, Centro. O e-mail e telefone para contato é (75) 3638 – 2311; bfmangabeira@hotmail.com. (Dados coletados na própria instituição).

A cidade ainda conta com Programa Municipal de Apoio a Família (PMAF), instituído pela Lei nº524 de 12 de junho de 2015, cujo objetivo é atender as famílias em situação de extrema pobreza. O valor do benefício é de R\$ 70,00 mensais por família. Assim como o PBF, as famílias beneficiadas estão sujeitas às condições exigidas na área da saúde, educação e assistência social. Os descumprimentos das condicionalidades acarretam na suspensão, bloqueio e cancelamento do benefício. O desligamento do PMAF poderá ser feito voluntário, por determinação judicial ou a se família beneficiada for contemplada pelo Programa Federal.

Objetivando compreender o que pensam as escolas do ensino fundamental II no município sobre a condicionalidade frequência, a partir de três dimensões: a primeira diz respeito ao ensino- aprendizagem; a segunda refere-se à aproximação escola- escola; e por fim, a terceira dimensão, que diz a respeito à permanência ou não dos estudantes beneficiários do Programa.

Para pensar a condicionalidade frequência mínima desenhada pelo PBF, faz-se necessário ter a clara percepção de que este tema é fruto debates teóricos, não tendo, portanto, um consenso sobre a temática. Neste sentido, os resultados da pesquisa não tem intenção de encerrar a discussão.

7. Opiniões das famílias de zona urbana e zona rural

As entrevistas foram realizadas com quatro mães residentes na zona urbana e rural. Elas foram escolhidas pelo fato de se encontrar sob os efeitos punitivos dos descumprimentos das condicionalidades. São, em média, beneficiárias do Programa há 08 anos. Têm 03 a 04 filhos em idade escolar. Uma mãe concluiu o ensino fundamental I e as outras têm graduação

em Pedagogia. Duas são auxiliares de Serviços Gerais e as outras donas de casa, cuja renda familiar das pesquisadas é entre R\$ 145,00 a 1 salário-mínimo.

Ensino-aprendizagem

A relação entre o ensino e a aprendizagem dá-se de forma bastante complexa. O ato de aprender os conteúdos não é tarefa simples, principalmente para as crianças e adolescentes que são de origem das famílias de classes populares. Dois elementos constitutivos no processo ensino-aprendizado foram questionados: primeiro, no que tange ao acesso dos filhos à escola pública e sua importância; e o desempenho no quesito aprovação das crianças matriculadas nas duas escolas.

A partir do quadro comparativo 01 (Apêndice), as mães percebem a importância da matrícula como forma de garantir o acesso ao ensino. Evidenciando o que Craveiro e Ximenes (2010) apresentam sobre a condicionalidade frequência. Para eles, a exigência frequência escolar é uma estratégia para a promoção da universalização da educação básica.

As mães da zona rural demonstram que o desempenho dos seus filhos é registrado através da aprovação no final do ano letivo. É através da construção do saber, a partir das relações sociais, que vem o sucesso na trajetória escolar. Para elas há uma articulação entre família e escola, sendo assim a construção do processo ensino-aprendizado é processo de ambas as partes, registrada na fala da entrevistada 01: “o primeiro aprendizado vem de casa, mas para que ele possa crescer ser um cidadão, interagir na sociedade é preciso ter a educação da escola, é onde eles vão ter a formação” (MR01).

As mães da zona urbana compreendem o desempenho dos estudantes como a função principal da escola. Explicam que a aprovação nem sempre está acompanhada da aprendizagem, pois não percebem o desenvolvimento das atividades, principalmente para com seus filhos beneficiários.

Aproximação escola-família

A relação entre família-escola estabelecida nestes dois centros escolares é considerada um encontro conflituoso. É necessário frisar que esta discussão parte da visão de algumas famílias que fazem o acompanhamento dos seus filhos, os quais são beneficiários do PBF. Pensar a relação família-escola é reconhecer alguns fatores que podem tornar este envolvimento numa situação problemática.

Segundo Cruz (2007) a relação família-escola deve considerar a dinâmica: professor *versus* família. Para os professores, o sucesso ou não do estudante depende do acompanhamento dos pais e/ou responsáveis no cotidiano escolar dos filhos. Entretanto, o autor chama atenção sobre as insatisfações dos pais em relação à escola, tem uma clara resposta sobre a dicotomia entre escolarização e educação dos seus filhos, outro elemento para a discussão.

No quesito acompanhamento, as mães de Governador Mangabeira entendem a importância de acompanhar as atividades e frequentar as reuniões, porém alegam que a dinâmica das instituições não atendem as relações trabalhistas. Os encontros pedagógicos sempre são em horários comerciais, o que dificulta a presença delas nessas reuniões.

Os comparecimentos nas unidades escolares são sempre através de comunicados oficiais da escola ou do PBF Municipal, por este motivo, às vezes são nomeadas pelas instituições de irresponsáveis. A escola precisa procurar meios para atender esta clientela, como afirma Cruz,

[...] À escola cabe o desafio de encontrar soluções para o impasse que se estabelece entre ela e as famílias de seus alunos, procurando atraí-las para uma parceria possível, sem procurar transformá-las em modelos perfeitos de famílias, o que seria, no mínimo, ingênuo e, no extremo, uma forma de excluir aqueles que não estão enquadrados nos padrões que povoam o imaginário de professoras e professores. (CRUZ, 2007, p.43).

A compreensão da importância da escola pelas mães da zona rural se dá na percepção de como é fundamental a função que a instituição exerce, pois para elas há um reconhecimento em que a escola na zona rural tem papel principal na formação do indivíduo enquanto cidadão e ter ascensão na vida futura. Sendo assim, “Há, portanto, indícios de que as famílias guardam sempre uma esperança de ascensão social mediante a educação formal.” (CRUZ, 2007, p.41).

Na zona urbana, as mães reconhecem que a escola tem função primordial na sociedade. Contudo, sinalizam que a escola poderia transformar os critérios dos programas federais que estão inseridos no espaço escolar como, por exemplo, vincular a nota/média como critério da condicionalidade frequência mínima. Segundo Craveiro e Ximenes (2010), a escola precisa, além mudar os ritos escolares, alargar o papel da escola, sempre adotando ações e medidas preventivas, além de:

Cada vez mais, é necessário aprofundar ações articuladas integradamente, a exemplo do Programa Mais Educação (PME) e Saúde na Escola (PSE), do

pacto da Alfabetização na Idade Certa, do PRONATEC, do Projovem, do Brasil Alfabetizado. (CRAVEIRO; XIMENES, 2010, p.123).

Ao perguntar sobre a importância da condicionalidade frequência do BF, as mães responderam que o compromisso é importante, consideram um ponto positivo, uma vez que não há muito interesse por parte dos alunos em frequentar a escola.

Permanência dos discentes

A assiduidade e evasão das crianças e adolescentes são pontos cruciais do objetivo das condicionalidades. De acordo com Craveiro e Ximenes (2010), a condição fundamental para superação da pobreza em longo prazo é ter crianças e adolescentes assíduos nas atividades escolares.

Portanto, a contribuição da condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família é chamar atenção de toda a sociedade brasileira e do poder público sobre a importância de se apoiar a trajetória escolar das crianças e adolescentes acompanhadas de famílias em situação de pobreza. Contribuição esta que se remete ao cerne da questão da desigualdade educacional no Brasil, no seu aspecto básico: o de entrar na escola e não evadir. (CRAVEIRO; XIMENES, 2010, p.115-116).

Outro elemento que forma a base dos objetivos da condicionalidade frequência mínima é o enfrentamento ao trabalho infantil. Segundo Pires (2013) os dados obtidos por uma pesquisa relacionada ao tema permitem chegar à conclusão que o valor pago no benefício é insuficiente para retirar as crianças e adolescentes do trabalho.

Neste sentido, as mães entrevistadas responderam que a frequência mínima exigida pelo Programa produz um lado positivo, pois conseguem deixar a criança até o final do ano letivo. Sabem que o registro da frequência mínima em sala de aula, está intimamente ligado ao recebimento do benefício mensal. Segundo a fala de uma mãe da zona rural:

Teve até um mês no ano passado, que quando fui tirar o dinheiro lá em mangabeira, estava bloqueado, aí a moça lá do bolsa família mandou eu ir na escola e pegar a frequência do meu filho, fui no CEPAVP.(MR02).

O mesmo ocorre na zona urbana, uma mãe que mora na sede, MU01 apontou que à escola informou a infrequência do filho para o PBF, tendo assim, seu benefício cancelado, por isso reconhece que frequentar as aulas na escola é de extrema importância.

É notório que para mães da zona urbana quanto da zona rural, a condicionalidade frequência mínima tem importância da vida da família e na relação com a escola. Embora as mães da zona urbana não consigam perceber o processo de ensino- aprendizagem como algo

construído por todo conjunto que acompanha a criança, as mães da zona rural entendem a função da escola e chama atenção sobre a diferença entre ensinar e instruir.

8. Opinião dos professores da zona urbana e zona rural

Ao estudar o cotidiano escolar é necessário entender as formas subjetivas da representação social que cada indivíduo assume enquanto sujeito daquele espaço. Para ANDRÉ (2008), a importância do estudo da vida cotidiana de uma escola é neste sentido,

O cotidiano escolar aponta para um número variado de papéis assumidos por seus sujeitos enquanto institucionalmente definidos como “professores”, “aluno”, “coordenador pedagógico”, “diretor”, “assistente de direção”. Entretanto, é sabido também que numa interação efetiva nem sempre o que parece ser o é realmente. Há situações de dominação claras e legitimadas, reprodutoras do conjunto de determinações sociais, mas existem também as vivências subjetivas. (ANDRÉ, 2008, p. 142).

O professor é dos elementos que integram o sistema educacional, sendo peça chave da relação ensino-aprendizado. A sala de aula é onde os componentes dessa relação se envolvem neste processo, cada sujeito exercendo sua função, garantindo assim um bom resultado.

Para as entrevistas com o corpo docente, selecionei três professores que lecionam há mais de doze anos na escola da zona urbana. E três professores que atuam na escola da zona rural trabalham há cinco anos. Todos selecionados tiveram carga horária semanal de 20h/s no ano letivo de 2015.

Os professores da zona urbana são docentes do quadro efetivo do CEAG. Tem como formação licenciatura em Matemática e Biologia, lecionando as disciplinas referentes à área de formação. Todos residem na sede do município e trabalham em outras instituições de ensino.

Os profissionais do CEPAVP, escola situada na zona rural da cidade, residem na sede do município. Dois professores atuam como funcionários efetivos e um como contrato. Dois docentes são formados em licenciatura, respectivamente, Biologia e História; o outro é licenciado e bacharel em Pedagogia.

Ensino – aprendizagem

Para a compreensão das opiniões acerca da condicionalidade frequência, a partir da primeira dimensão ensino-aprendizagem, perguntei sobre os três pontos essenciais para obtenção do sucesso escolar. Os pontos perguntados foram: o desempenho dos alunos-

beneficiários, a participação nas aulas, e o planejamento dos professores das atividades escolares.

Os professores apresentaram respostas semelhantes no tópico sobre o desempenho, para eles há uma pouca preocupação em apreensão e aproveitamento dos conteúdos. Sinalizados na fala do PU2 “... não vejo aproveitamento nenhum”, assim como na fala do PR3 “... não interfere diretamente no aprendizado do aluno”.

Sobre a participação nas atividades em sala de aulas, nas duas escolas, notificaram que não há participação efetiva durante as aulas dos alunos, e sim, a preocupação com o registro da frequência. Apontadas na fala de um professor da zona rural a seguir:

Aqui no CEPAVP, percebo assim um pouco interesse dos meninos. Estou fazendo paralelo com outras escolas que a gente trabalha e a gente percebe um interesse pouco melhor, com cuidado para entrega das atividades, saber que dia é a prova, que prova ele fazer naquele dia, para estudar antes e tudo mais. [...], de saber qual é aula naquele dia, muitos aqui nem sabem o nome do professor, e que professor é, eles não sabem nem o nome do professor, não tem essa preocupação na realidade. (PR02).

A fala se repete quando pergunto ao professor que trabalha na escola da zona urbana, como pode ser visto abaixo:

Os alunos de hoje o que não querem é estudar! Vão para escola obrigados pela presença, e estes que são obrigados pelos pais de qualquer maneira continuam não fazendo nada, inclusive muitos vão até para a escola e não entra em sala.(PU01).

Para ter sucesso no ensino-aprendizagem, o plano de aula é uma ferramenta excepcional. O planejamento das aulas tem sua importância singular, é articulação entre a coordenação, organização e racionalização dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, mas devem ser consideradas influências políticas, culturais e econômicas que formam a sociedade de classe. (LÍBANELO, 2013).

Levando em conta a definição do planejamento para ministração das aulas, questiono se no planejamento há uma preocupação com os alunos-beneficiários do PBF, por considerar este um público oriundo da classe popular. Não há especificamente uma preocupação com esta ideia em nenhuma escola pesquisada.

Aproximação escola-família

O envolvimento das famílias beneficiárias do Programa com a escola traz uma discussão no meio acadêmico, vale ressaltar, que esta é uma relação complexa. A escola sofre com problemas, tais como violência doméstica, alcoolismo, drogas, etc. (SILVA et. al. 2012),

sofrida pelos sujeitos no ambiente familiar interferindo nas relações interpessoais do ambiente escolar.

De acordo com Cruz (2007), a instituição escola deve aproximar-se à instituição família, ajustando o diálogo entre elas, para obtenção da sua finalidade última, “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL/LDB, 2010, p.07).

Quanto ao item acompanhamento dos pais e/ou responsáveis à escola, todos os professores entrevistados disseram que é de forma mínima, os pais só procuram a escola com a preocupação da frequência mínima exigida pelo BF. As falas transcritas abaixo, de um entrevistado da zona urbana e outro da zona rural, respectivamente, resumem o tipo de acompanhamento.

O envolvimento da família é um item super complicado, limitada, fica a muito a critério do aluno estar frequentando ou não as aulas. (Fala do P_{U2}).

No contexto em que vivo, a participação familiar na escola é muito tímida. Normalmente os pais só se apresentam no ambiente escolar quando solicitados ou para saber por qual motivo o Bolsa família foi cancelado.” (Fala do P_{R3}).

Permanência dos discentes

A condicionalidade frequência do PBF entende que o compromisso em matricular e permanecer na rede básica de ensino reduz alguns problemas, tal como o abandono escolar. Souza et. al. (2011) indicam que há dois fatores que levam aos estudantes abandonar as atividades escolares, que são fatores internos e externos a escola.

Segundo Craveiro e Ximenes (2010), muitos são os desafios na universalização da rede de ensino básica, principalmente, o acesso gratuito a uma educação de qualidade, a permanência e a progressão escolar. Para estes autores, o baixo desempenho, traduzido na repetência das séries, eleva as taxas de distorção idade-série que resulta no abandono escolar. Afirmando que:

As diversas pesquisas indicam que o abandono escolar é um sério problema em todos os estados brasileiros e que se agrava conforme aumenta a faixa etária e nível de ensino. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011 (IBGE, 2011) registram que a média de anos de estudo (escolaridade média) das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por exemplo, é de 5,6 anos de estudo entre os mais pobres e quase o dobro entre os mais ricos (10,7). A taxa de pessoas com 16 anos completos e com ensino fundamental concluído é de apenas 43% entre os mais pobres, enquanto entre os mais ricos é de 86% confirmando a grande incidência de distorção

idade-série entre os segmentos mais pobres da população. (CRAVEIRO; XIMENES, 2010, p. 115).

Sobre o item evasão, os professores do CEAG consideram um ponto complicado a ser discutido, pois percebem que a frequência exigida garante a presença do aluno até o final do ano letivo, mesmo não alcançando o êxito. Reconhecem que a condicionalidade consegue enfrentar a exploração do trabalho infantil, “uma vez que, muitos dos nossos alunos se não tivessem esse benefício já teria deixado a escola para trabalhar”. (PU3).

Entretanto, os entrevistados que trabalham na zona rural percebem também que a frequência exigida garante a presença do aluno até o final do ano letivo. Todavia, sabem que muitos alunos trabalham, no contra turno, na agricultura para ajudar os pais. Sinalizam também que a precarização do ensino público pode ser um atrativo à desistência de estudantes da zona rural.

No tópico sobre a assiduidade, todos sinalizam que, após a condicionalidade, ser assíduo tornou-se um item importante, mas só há preocupação com o registro da presença, não garantindo que o aluno perceba o seu papel enquanto aluno. Portanto, todos os professores-participantes apontam que o compromisso da condicionalidade frequência garante a efetivação das matrículas, justamente pelo acesso ao benefício. O professor da zona rural descreve esse sentimento.

Percebo mais, como os pais garantem recursos para suas sobrevivências provenientes desse repasse do governo federal a preocupação dos alunos que estão sendo matriculados é bastante grande, então a gente percebe que são poucos os adolescentes e as crianças que estão fora da escola. [...] então a matrícula continua, a renovação da matrícula, os pais tem essa preocupação de renovarem a matrícula, mas a garantia dos filhos até o final do ano em alguns casos é, não tem muita influencia. (PR01).

Em suma, os professores da zona rural e urbana têm olhares semelhantes nos aspectos fundamentais sobre a condicionalidade frequência. No que tange ao desempenho do aluno beneficiário, ao acompanhamento dos pais nas atividades escolares. Diferem no aspecto permanência. Os professores da zona rural sinalizam que deve considerar o abandono escolar como fruto de uma educação com baixa qualidade.

Ambos apontam que a condicionalidade garante a matrícula e permanência na escola. Mas, os docentes da zona rural indicam que seus alunos trabalham na lavoura familiar no turno oposto.

9. Opinião da equipe técnica envolvida com o PBF em Governador Mangabeira

Com base na leitura sobre a gestão das condicionalidades do PBF, orientada por Portarias Normativas e mencionada nos trabalhos publicados, a exemplo do livro *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*, do Ipea (2013) e *Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*, de André Pires (2013), o acompanhamento e monitoramento das condicionalidades permitem ações para enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.

É a gestão local que consegue perceber as necessidades da população, possuindo capacidade de planejamento e execução das políticas sociais. (QUINHÕES; FAVA, 2010).

Em relação à gestão das condicionalidades, Ximenes e Agatte (2011) sinalizam que este espaço

[...] possui uma rotina complexa que envolve uma série de procedimentos que se repetem em todos os bimestres na área de educação e em cada semestre na área da saúde, como objetivo de monitorar o reforço do acesso aos serviços de educação e de saúde e, a partir dos resultados, identificar situações de maior vulnerabilidade e risco sociais vivenciadas pelas famílias que as impossibilitam de garantir a frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens, bem como o acompanhamento básico de saúde das crianças e gestantes. (XIMENES; AGATTE, 2011, p.16).

A escolha da equipe técnica do BF do município parte da compreensão do desenho geral do PBF. É do município a responsabilidade do mapeamento e do acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A gestão das condicionalidades do BF permite que a equipe técnica faça o acompanhamento e monitoramento da condicionalidade frequência em todas as escolas do município.

Entrevistei duas técnicas, sendo uma técnica-atendente e outra gestora municipal do PBF. Possuem nível superior completo, trabalham no Programa há cerca de quatro anos e são moradoras da zona urbana da cidade. Vale ressaltar que a formação acadêmica das atendedoras, Serviço Social e Licenciatura em Geografia respectivamente, permite um atendimento diferenciado para com as famílias no se refere à importância da condicionalidade frequência.

Ensino–aprendizagem

Quanto à percepção do ensino- aprendizagem, entre os tópicos questionados, as técnicas reconhecem que o PBF trouxe benefício, pois alcança um número de crianças e adolescentes que estão fora da sala de aula. Entretanto, a condicionalidade na área educacional tem levado

algumas mães responsáveis a considerá-la “uma rédea curta” (Técnica A). Na fala de uma das técnicas está sinalizada a importância das condicionalidades:

A condicionalidade da saúde e educação, por exemplo, faz com que a gente alcance crianças que tem se mostrado desinteressadas em aprender, crianças que tem fugido da escola! Então tudo isso faz com que a gente as encaminhe para outras políticas que para suprir essas necessidades. E da saúde também que faz com elas tem acesso à questão da saúde com mais eficácia e mais aproximação com o pessoal do PSF, que é a porta de entrada pra o acesso a saúde. (Técnica A).

Vale salientar que não dialoga entre os responsáveis pelas unidades escolares e as técnicas do BF. Neste sentido a percepção do processo de aprendizagem dos estudantes-beneficiários por parte da equipe técnica dá-se forma generalizada.

Aproximação escola-família

A gestão das condicionalidades do município entra em contato com as famílias beneficiárias a partir dos descumprimentos das condicionalidades. De acordo com Ximenes e Aggate (2011), o gestor municipal tem como uma das competências avaliar a justificativa dos recursos, tendo autonomia para deferir ou não a solicitação.

Quando questionadas sobre como percebem o envolvimento da família com escola dos estudantes-beneficiários do PBF, as técnicas sinalizaram que desconhecem como se dá esta relação.

O processo de acompanhamento da frequência mínima começa na secretaria das escolas, a cada bimestre, é levantado o número de faltas e se há justificativa ou não. Após a coleta feita nas escolas, o registro é enviado para Secretaria Municipal de Educação, que através de um técnico é lançado no sistema da SICON.

Quando é registrada a falta sem justificativa, as famílias recebem um comunicado do MDS, informando que o benefício está sob aviso para suspensão, devido ao descumprimento da condicionalidade na área da educação e solicita que as famílias entrem em contato com o BF local. É neste sentido que as técnicas do BF revelam que grande o número de atendimento para abertura de processos de resolver pendências dos efeitos dos descumprimentos. Com isso, a técnica A sinaliza que “as famílias tem sofrido com isso”.

Permanência dos discentes

Permitir o acesso e a permanência no ensino básico é um dos objetivos da condicionalidade frequência, neste sentido, as técnicas do BF, acreditam que a exigência contribui e tem alcançado bons resultados.

As escolas CEAG e CEPAVP somam 1.087 estudantes-beneficiários matriculados. Entretanto, elas têm sofrido bastante com as faltas das crianças nas aulas de aula. No SICON estão relacionados os motivos para registro da baixa frequência, e estes motivos são indicados pela escola: que vão desde justificativas com atestado médico e até mesmo a não localização do estudante que tem seu nome na base do registro da frequência daquela instituição.

Existem vários motivos gerados no sistema para baixa frequência, mas os quatro mais recorrentes nas duas escolas estão sinalizados no quadro a seguir, no mês de novembro/2015.

QUADRO05. Motivos da baixa frequência no CEAG e CEPAVP

MOTIVO DA BAIXA FREQUÊNCIA	INFORMAÇÃO FORNECIDA PELA ESCOLA
Abandono / desistência	A família não informou o motivo
Desinteresse/ Desmotivação pelos estudos	Há uma tentativa da escola em identificar o motivo
Não informado	Não há localização
Negligência dos pais ou responsáveis	Examinou a questão com a família

FONTE: Dados colhidos no PBF municipal.

Para as famílias que tem alunos descumpridores, alunos em que as técnicas chamam descumpridores regulares, há estratégias para alcançá-los, de modo a que cumpram a condicionalidade. A técnica B sinaliza qual a estratégia nestes casos:

Quem se encontra em descumprimento da condicionalidade. Fazemos um trabalho, primeiro com as mães, os responsáveis familiares, com reuniões regulares, todo mês, um trabalho de audição com Assistente Social. E quando é repetido às vezes o descumprimento da frequência mínima e ganha bloqueio, suspensão até chegar o cancelamento. Há uma convocação do próprio descumpridor para uma conversa em particular, mostrando a ele os elementos do por que ele recebe o bolsa família, da importância da escola e faz um tipo de conversa reflexiva no sentido de entender o motivo da ausência e desinteresse. (TB).

Foi destacado pela Técnica B que os efeitos dos descumprimentos na condicionalidade da área educacional sofrem várias fases que vão da advertência ao cancelamento do benefício, como explicado no quadro a seguir:

QUADRO 06: Etapas e efeitos os descumprimentos

ETAPAS	EFEITOS DOS DESCUMPRIMENTOS
1ª ETAPA	Advertência
2ª ETAPA	1ª Suspensão
3ª ETAPA	2ª Suspensão
4ª ETAPA	3ª Suspensão
5ª ETAPA	4ª Suspensão
6ª ETAPA	5ª Suspensão
7ª ETAPA	Bloqueio
8ª ETAPA	Cancelamento

FONTE: Dados colhidos no PBF Municipal.

É necessário pontuar a partir da compreensão das entrevistas com as técnicas sobre a condicionalidade frequência, o que diz respeito em uma das principais características do PBF: intersectoralidade. Segundo Fava e Quinhões,

A estratégia intersectorial para a oferta de programas complementares para as famílias beneficiárias do PBF está materializada na realização de ações em diferentes âmbitos da desigualdade e da exclusão social. (FAVA; QUINHÕES, 2010, p.79).

Existe uma lacuna entre o setor educacional do ensino fundamental II e BF local, no sentido principalmente da falta de comunicação entre os setores envolvidos, e também na criação de estratégias capazes de cumprir com objetivo das condicionalidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF é um programa de redistribuição de renda condicionado. Resultante da unificação dos quatro programas de transferência de renda pré-existentes tem como objetivo principal a superação da extrema pobreza. Para tanto, faz o uso das condicionalidades, as quais são os compromissos assumidos pelas famílias-elegíveis.

A condicionalidade frequência do desenho do PBF tem como proposição dois resultados principais: o primeiro diz respeito ao acesso aos serviços básicos da educação para uma parte da população que historicamente foi destituída deste serviço. E outro suposto resultado é a superação do trabalho infantil. Vale ressaltar que as condicionalidades do PBF são frutos de debates entre acadêmicos, políticos, não sendo, portanto, tema consensual.

A discussão perpassa sobre o entendimento do sistema de proteção social no Brasil, pela escolha do governo nas políticas de cunho neoliberal que tem um público específico dentro de uma sociedade. Neste sentido, os programas de transferência prestam serviços básicos essenciais de acesso à educação, saúde e assistência social à população que é considerada elegível, pois se encontram em situação de extremidade da pobreza.

Os programas de transferência de renda mínima associam a educação como critério, a partir do Bolsa-Escola, ano de 2001. Este programa atendia as famílias que tinham crianças em idade escolar de 07 a 14 anos. A partir do Bolsa-Escola é que a educação formal ganha um papel de destaque na implementação da política redistributiva. Este foi um dos programas unificados pelo PBF em 2003.

Alguns autores sinalizam que as condicionalidades do PBF são importantes, pois têm a intenção de pressionar os governos em suas instâncias para garantir os serviços nos campos da educação, saúde e assistência social. Mas vale ressaltar que, na maioria dos municípios, o atendimento destes serviços é feito de forma precária e/ou as instituições que os prestam também tem uma baixa qualidade, tanto na infraestrutura como nas condições objetivas de trabalho.

Esta investigação teve a condicionalidade frequência mínima como objeto de pesquisa. A análise sobre o cumprimento da exigência assumida pela família-beneficiária na área educacional merece dois destaques: o primeiro aspecto diz respeito à relação ao objetivo principal da condicionalidade, já citado acima, que é dar acesso aos serviços da educação

básica. A premissa é de que com o acesso e a permanência na escola, em idade escolar, no futuro próximo, o aluno será inserido no mercado de trabalho. A teoria do capital humano é pensada no eixo do PBF, entretanto, não há a menor preocupação na qualidade deste ensino. Na verdade, a condicionalidade não está atrelada ao desempenho dos estudantes, mas sim à frequência mínima de 75% e 85%, dependendo do público-alvo.

O outro destaque a ser mencionado é o que tange a suposta retirada das crianças-beneficiárias do trabalho infantil. A idealização desta proposta tem origem no PETI, todavia, alguns autores, como exemplos, Pires (2013) e Brito (2011) notam que o valor pago às famílias é insuficiente para atender suas demandas financeiras, por isso, não conseguem retirar as crianças do trabalho infantil.

O município de Governador Mangabeira atende as crianças, adolescentes e jovens no sistema público de educação. Das trintas escolas de ensino fundamental, duas ofertam o ensino fundamental II, que são o CEAG e o CEPAVP, locais da pesquisa realizada. As duas escolas no ano de 2015 somaram um total de 1.593 alunos matriculados, desses 1087 são beneficiários do PBF.

Em vista dos argumentos mencionados, procurei identificar a partir de três dimensões, o que pensam as famílias, professores e equipe técnica do BF municipal sobre a condicionalidade frequência.

As três dimensões pesquisadas foram: 1) percepção do corpo docente e da família do aluno beneficiário em respeito ao ensino - aprendizado; 2) a aproximação da família à escola, o vínculo estabelecido entre as partes envolvidas no processo escolar; e a última dimensão 3) se refere à permanência ou não dos discentes incluídos no Programa nas atividades escolares. A busca pela diferença entre uma escola situada na zona urbana e outra na zona rural nasceu do entendimento que a escola é um espaço de correlações de forças, na qual cada sujeito participante do processo educacional tem seu papel e, claro, sua contribuição para obtenção de um direito constitucional que é o direito à Educação. Para tanto, a investigação se deu através da abordagem qualitativa pelas entrevistas realizadas a cada grupo.

O primeiro grupo pesquisado foram às mães (quatro no total), sendo duas da zona urbana e duas da zona rural. A opinião das mães, em relação à primeira dimensão, é o reconhecimento da importância do acesso à rede básica de ensino, que o PBF forneceu, mas entendem que a frequência em si não garante o desempenho dos seus filhos. Alegam que a

escola não cumpre as responsabilidades delas para com o mercado de trabalho e se sentem culpabilizadas pelos professores pelo fracasso escolar.

As mães entrevistadas reconhecem também a importância do acompanhamento dos filhos na trajetória escolar. Nas duas regiões pesquisadas, as mães relatam sobre a relação de aproximação com a escola seja conflituosa, no que se refere ao registro da frequência do BF; reclamam na forma da abordagem usada na comunicação sobre falta do aluno. Preocupam-se a frequência dos filhos, embora reconheçam que a condicionalidade frequência garante a presença do aluno até o final do ano letivo, mas não necessariamente produz o sucesso escolar esperado.

Outro grupo pesquisado foram três professores lotados na escola da sede e três que lecionam na escola da zona rural. O entendimento destes profissionais reafirma algumas contestações sobre a condicionalidade frequência, no que diz respeito à aprendizagem do aluno-beneficiário. A resposta em comum de todos sobre o item desempenho foi que não há nenhuma relação entre o ensino- aprendizado e a frequência mínima exigida pelo Programa. A condicionalidade assegura o acesso e a permanência, mas não interfere no sucesso escolar. Em relação à aproximação família-escola, opinam pela pouca ou nenhuma participação dos pais no processo educacional.

Os profissionais da zona urbana sinalizaram que deverá haver uma maior preocupação sobre a questão da evasão escolar. Para eles, é necessário um debate mais profundo sobre a frequência cobrada pelos idealizadores do PBF, visto que há uma demanda de alunos desmotivados em sala de aulas, sem interesse em aprender os conteúdos. Neste sentido, os professores da zona rural reconhecem a importância da assiduidade, mas alegam que as crianças não percebem o ato de aprender como forma de ascender na sociedade. Muitos desses estudantes são auxiliares na agricultura familiar em turno oposto ao estudo.

Por fim, as técnicas do BF municipal mencionam o conceito básico do PBF que é emancipação das famílias, pelo poder aquisitivo e pelo acesso aos serviços básicos. Reforçam o panorama da cidade, sinalizando que a cidade ganha também com o benefício: como há poder de compra, a economia local cresce positivamente.

As técnicas apontam a condicionalidade frequência como algo benéfico na relação do ensino-aprendizado para as crianças. Alegam que há muitas crianças que estão desmotivadas para estudar, mas que a exigência possibilita um leque de oportunidades para formação da cidadania.

A aproximação família-escola é um ponto em que a equipe municipal não havia observado, elas entendem que é necessário criar estratégias de comunicação entre as escolas e o Programa municipal.

Percebo que, mesmo com a criação da estratégia da equipe municipal, para alcançar os descumpridores, seja através da escuta das mães responsáveis ou do próprio estudante, não há o retorno daquilo que está sendo proposto para a família frente à escola.

Outro destaque é que a condicionalidade consegue alterar o cotidiano da escola, mesmo sendo apenas no registro da frequência nas salas de aulas e, a cada bimestre, na secretaria das escolas. O acompanhamento e monitoramento da frequência pelas famílias têm permitido à escola ter um novo olhar sobre este público: é necessário, portanto, criar dimensões que articulem as políticas sociais dentro do município.

Vale salientar que, baseada na leitura de Silva (2010), embora as condicionalidades do PBF não consigam produzir os efeitos esperados pelos seus objetivos, o Programa consegue ligeiramente mudar as condições de vida de algumas famílias.

Diante das opiniões colhidas, percebo que o entendimento sobre a condicionalidade frequência mínima do PBF é algo a ser discutido pelas instituições envolvidas no processo, quer seja a escola quer seja a família, contando com um maior envolvimento da gestão municipal.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial** n°. 26. Brasília: CFESS, 2005.

ANDRÉ, Marli D. A. de. Pesquisas sobre a escola e pesquisas no cotidiano da escola. *Eccos – Revista Científica*. V. 10, número especial, p.133-145. 2008.

ÁVILLA, Milene Peixoto. O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: `detalhes` que fazem a diferença. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em 20/out./ 2015.

BAHIA. **Lei Estadual nº 1.839/62**. Criação e emancipação do município de Governador Mangabeira. Salvador, Assembleia Legislativa de 14 de março de 1962.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 11/11/2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). SENARC-SNAS- **Instrução Operacional Conjunta nº 19, de 07 de fevereiro de 2013**. Disponível em: <www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia>. Acesso em 30/10/15.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 01/1992 a 67/2010, pelo Decreto Legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 01 a 06/1994. 103p.-(serie textos básicos; n.61) (p.56).

_____. Decreto nº 5.209 de setembro de 2004. **Regulamenta a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Disponível em: www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2004/Decretos%20n0%205209%20de%2017.09.2004.pdf/view. Acesso em: 22/10/2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.(INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em 30/01/15.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI). Relatório de informações sociais. Disponível em:< <http://aplicacoes.mds.gov.br>> Acesso em: 30/01/2016.

_____. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família, convertida em **Lei nº10. 836**, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em:<www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/medidas-provisorias/2003%20Medida%-20Provisoria%2020132-pdf/view>. Acesso em: 22/10/2015.

_____. Decreto nº 251 de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. Disponível em: [informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2012/Decretos%20n0%205209%20de%2017.09.2004.pdf/view](http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2012/Decretos%20n0%205209%20de%2017.09.2004.pdf/view). Acesso em: 02/11/2015.

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei. nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996**, 5ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas social no Capitalismo: tendências contemporâneas (organizadoras)** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CRAVEIROS, C.B.A.; XIMENES, D. A. Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para universalização da educação básica no Brasil. In: Campello, T.; Neri, C. M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, Cap. VI. P.110-123.

CRUZ, A. R. S., Família e escola: um encontro de relações conflituosa. **Revista Sitientibus**. Feira de Santana: UEFS.n.37,ano I. p. 27-45, jul./dez., 2007.

GOHN, M. G. M. Demandas sociais pela educação no Brasil nos anos 80. Movimentos Sociais e educação. **Revista Questões da Nossa Época**: Cortez, v.5,n.6, p.56-7, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. São Paulo: Cortez. Didática. Série formação do professor, 1994.

LIMA, Luis Antonio P.; PEREIRA, Antonio P. **Noções de Cidadania. O município**. Governador Mangabeira, Gráfica Falcão, 2008.

MONNERAT, G. L. et.al. Do direito incondicional á condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. Rio de Janeiro: **Ciência& Saúde Coletiva**, v.6, n., 12, p.1453-1462, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas. In:_____. **Política social: temas & questões**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. V, p.163-202.

PIRES, A. Efeitos da Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). São Paulo: **Est. Aval. Educ.**, v.24, n.55, p. 170-196, abr/ago.2013.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do programa bolsa família? **Ensaio: avaliação em políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, 2013, v. 21, n. 80, p. 513-532. Jul./Set.2013.

POST, T.; N. COSTA,. O Estatuto da Família: disputa pelo conceito de entidade familiar. **I Seminário Internacional de Ciência Política** - UFRGS, Porto Alegre, 2015

QUINHÕES, A. T.; FAVA, V. M. D., Intersetorialidade e transversalidade: a estratégia dos programas complementares do Bolsa Família. Brasília: **Revista do Serviço Público**. v.1,p.67-96, Jan./Mar., 2010.

SANTOS, R. V., Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **Revista Integração Ensino- Pesquisa- Extensão**, São Paulo - SP, n. 40, p. 19-31, 2005.

SILVA, J. C. A escola pública no Brasil: problematizando a questão. Ponta Grossa: **UEPG Ciências Humanas**. v.2, n.15, p.25-32, Dez., 2007.

SILVA, M. O. S. e; LIMA, V. F. S. A. Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. **In:** _____. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010, Cap. II, p.33-61.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEC, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo dí. **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. M. J et. al. Serviço Social na educação: um olhar a partir daqueles que estão na formação profissional. **Cadernos de Discussão.** Cachoeira: Coleção Caderno pedagógico-UFRB, 2012.

SOUZA, A. A. et. al. Evasão no ensino médio: novos e velhos dilemas? Rio de Janeiro: **Revista Vértices.** V.13, n.1, p.25-37. Jan./Abr., 2011.

VASCONCELOS, C.; PRAIA, J.F; ALMEIDA, L., Teorias de aprendizagem e o ensino/aprendizagem das ciências: da instrução à aprendizagem. **Psicol. Esc. Educ.**[online], vol.7, n.1, p. 11-19, 2003.

XIMENES, D. A., AGATTE, P. J. A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma experiência intersetorial e federativa. Brasília: **Inc.Soc.**, v.5.n.1, p.11-19, Jul./Dez.,2011.

6. APÊNDICES

10. Apêndice A: TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Serviço Social no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Estou realizando uma pesquisa para fins da disciplina TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II) sob supervisão da professora-orientadora Dr.^a Lys Maria Vinhaes, cujo tema é CONDICIONALIDADE FREQUENCIA NO BOLSA FAMILIA: O QUE PENSAM EQUIPE TÉCNICA E ALUNOS NA ZONA URBANA E RURALEM GOVERNADOR MANGABEIRA.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Comprometo-me a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação identificadora dos sujeitos de pesquisa.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Ressalto que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o(a) discente – pesquisadora responsável por esta pesquisa no endereço: marrysenna@gmail.com pelo telefone (75) 98270-2039.

Governador Mangabeira, 14 de novembro de 2015.

Maria Lucia Sena de Almeida
Matricula 201120560

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado(a) sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo.

Ass. do (a) Participante

_____, ___/___/____.

Local, Data

11. Apêndice B: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MÃES

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO:

GRAU DE INSTRUÇÃO:

RENDA FAMILIAR:

QUANTOS FILHO (AS) ?

IDADE DOS FILHOS?

QUALO TIPO DO BENEFICIO?

QUANTO TEM É BENEFICIÁRIO DO BOLSA FAMILIA?

OBJETIVO DA ENTREVISTA:

IDENTIFICAR A PARTIR DE TRÊS DIMENSÕES, NO QUE TANGE O ENSINO-APRENDIZADO; O VÍNCULO FORMADO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA; E PERMANÊNCIA OU NÃO DOS ALUNOS / BENEFICIÁRIOS) A OPINIÃO SOBRE A CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO BOLSA FAMÍLIA.

ENTREVISTA

1ª) FALE EM POUCAS PALAVRAS O QUE É O PROGAMA BOLSA FAMILIA?

2ª) QUAL A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA (EDUCAÇÃO) PARA SUA FAMILIA?

3ª) COMO Sr.^a PERCEBE A PREOCUPAÇÃO DA ESCOLACOM O APRENDIZADO DO SEU FILHO(A)?

4ª) SE NÃO FOSSE PELO COMPROMISSO DA CONDICIONALIDADE FREQUENCIA SE FILHO(A) ESTARIA MATRICULADO E FREQUENTANDO NA ESCOLA?

12. Apêndice C: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO:

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

DISCIPLINA QUE LECIONA:

CARGA HORÁRIA:

ESCOLA ONDE ATUA E TEMPO DE SERVIÇO:

OBJETIVO DA ENTREVISTA:

IDENTIFICAR A PARTIR DE TRÊS DIMENSÕES, NO QUE TANGE O ENSINO-APRENDIZADO; O VÍNCULO FORMADO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA; E PERMANÊNCIA OU NÃO DOS ALUNOS / BENEFICIÁRIOS) A OPINIÃO SOBRE A CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO BOLSA FAMÍLIA.

ENTREVISTA

1ª) ESCREVA EM POUCAS PALAVRAS O QUE É O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?

2ª) COMO SR(A) PERCEBE O ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA DO ALUNO(A) COM A ESCOLA?

3ª) COMO O SR (A) JULGA O APRENDIZADO DO ALUNO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA?

4ª) EM SEU PLANEJAMENTO PARA ANO LETIVO, HÁ UMA PREOCUPAÇÃO COM ALUNO(A) BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA?

5ª) NA SUA CONCEPÇÃO A CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA TROUXE BENEFÍCIOS AOS USUÁRIOS? QUAIS?

6ª) COM SUA EXPERIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO, VOCÊ ACHA QUE ESSA POLÍTICA AFIRMATIVA ESTA OCASIONANDO A PROCURA DE VAGAS PARA MATRICULAS?

13. Apêndice D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EQUIPE TÉCNICA BF MUNICIPAL

NOME:

IDADE:

ENDEREÇO:

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

CARGO QUE OCUPA:

CARGA HORÁRIA:

OBJETIVO DA ENTREVISTA:

IDENTIFICAR A PARTIR DE TRÊS DIMENSÕES, NO QUE TANGE O ENSINO-APRENDIZADO; O VÍNCULO FORMADO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA; E PERMANÊNCIA OU NÃO DOS ALUNOS / BENEFICIÁRIOS) A OPINIÃO SOBRE A CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA DO BOLSA FAMÍLIA.

ENTREVISTA

1ª) ESCREVA EM POUCAS PALAVRAS O QUE É O PROGAMA BOLSA FAMILIA?

2ª) COMO SR(A) PERCEBE O ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA DO ALUNO(A) COM A ESCOLA?

3ª) COMO O SR (A) JULGA O APRENDIZADO DO ALUNO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA?

4ª) NA SUA CONCEPÇÃO A CONDICIONALIDADE FREQUENCIA TROUXE BENEFÍCIOS AOS USUÁRIOS? QUAIS?

5ª) COM SUA EXPERIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO, VOCÊ ACHA QUE ESSA POLÍTICA AFIRMATIVA ESTA OCASIONANDO A PROCURA DE VAGAS PARA MATRICULAS?

14. Apêndice E: Quadro comparativo das mães

DIMENSÕES		LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS			
1º ENSINO- APRENDIZAGEM		Z. URBANA		Z. RURAL	
		M _{U1}	M _{U2}	M _{R1}	M _{R2}
ACESSO	FALA	“Extrema importância à matrícula”.	“Para mim, a matrícula tem fundamental importância”.	“Meu filho estaria estudando, sempre independente da BF”.	“O menino tem que ir para escola estudar”
	ANÁLISE	As mães percebem a importância da matrícula e do acesso ao ensino. MR		As mães percebem a importância da matrícula e acesso ao ensino independente do PBF	
DESEMPENHO	FALA	“É fundamental para aquele que tem o interesse de levar a sério os ensinamentos de hoje”.	“Deveria ser cobrado melhor desenvolvimento de aprendizagem para ter direito ao benefício”.	“Primeiro aprendizado vem de casa [...] ser um cidadão, é preciso ter a educação da escola, é onde eles vão ter a formação”.	“Tem que estudar para aprender e passar de ano”.
	ANÁLISE	Reconhecem que aprovação é algo como processo, mas que a escola não cobra aquilo que deveria para o rendimento do aluno.		Reconhecem o papel da escola como papel na formação da criança e seu desempenho.	
2º APROXIMAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA		Z. URBANA	Z. RURAL	Z. URBANA	Z. RURAL
		M _{U1}	M _{U2}	M _{R1}	M _{R2}
ACOMPANHAMENTO	FALA	“Poucas vezes por que não tenho tempo. Sou tachada pela escola de irresponsável”.	“Deveria ser cobrado à participação dos pais por que a escola não faz os avisos necessários.”	“Através de reuniões, por que eles sempre fazem reuniões.”	“Não tenho muito tempo de ir à escola, mas sempre que me chama eu vou saber o que é”.
	ANÁLISE	As mães reclamam da escola em relação aos comunicados referente aos filhos; Que a escola promova reuniões em horários com todas possam participar.		As mães comparecem sempre as reuniões na escola ou quando são convocadas isoladamente.	
IMPORTÂNCIA DA ESCOLA	FALA	“Para mim é fundamental de extrema importância”.	“Não vejo muita importância, pois o aluno é obrigado a frequentar a escola”.	“Cumpro todas, as vacinas estão em ordem, nas escolas a frequência eles não faltam”.	“Acho certo exige a matrícula nas escolas. O menino tem que ir para escola estudar”.

	ANALISE	Para as mães a escola tem função primordial na sociedade, mas vê que a escola também poderia incluir as notas como critério do BF.	Reconhecem que a escola tem papel fundamental na formação do indivíduo enquanto cidadão e ter ascensão na vida futura.		
IMPORTÂNCIA DA FREQUÊNCIA	FALA	“De extrema importância”.	“A escola deveria ter um papel diferente, pois vejo só cobrança de frequência para não perder o benefício e não é cobrado notas”.	“A escola é fundamental, não só por causa do BF, mas para a criança aprender, para ser cidadão”.	“Hoje em dia tem que estudar mesmo”.
	ANALISE	Para uma mãe a visão da frequência é fundamental. A outra mãe não considera importante pela obrigatoriedade.		As mães concordam com a obrigatoriedade da frequência mínima e acham positivo.	
3º DIMENSÃO: PERMANÊNCIA.	Z. URBANA	Z. RURAL		Z. URBANA	Z. RURAL
	M_{U1}	M_{U2}		M_{R1}	M_{R2}
ASSIDUIDADE	FALA	“A escola me avisou que ele não estava frequentando e ele não tinha interesse em estudar”.	“Meus filhos frequentam regularmente as aulas”.	“Nas escolas a frequência são ótimas, por que eles não faltam”.	“...fui tirar o dinheiro e estava bloqueado. Ai fui ao bolsa família , mandou pegar na escola a frequência do meu filho”.
	ANALISE	A escola informou a infrequência do filho e seu benefício foi cancelado, por isso reconhece que estar na escola é importante.		Já teve o benefício bloqueado pela infrequência e foi advertida pelo MDS	
EVASÃO	FALA	“Com a exigência da frequência o aluno vai até o final do ano”.	“Não percebo a frequência como forma de garantir o aluno na sala”.	“Quando a criança falta eles vão até a casa, onde eu trabalhei em uma escola, que vão até a casa para saber o que esta acontecendo com a criança”.	“Os meninos daqui de casa me ajudam quase todas as tardes e todas as manhãs vão para a escola”.
	ANALISE	Uma percebe que a frequência mínima consegue deixa a criança até o final do ano letivo; A outra não percebe isso.		Reconhecem que a escola vão procurar os alunos faltosos, para não os deixarem evadirem.	

15. Apêndice F: Quadro comparativo dos professores

DIMENSÕES		LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS					
1º ENSINO-APRENDIZADO		Z. URBANA			Z. RURAL		
		P _{U1}	P _{U2}	P _{U3}	P _{R1}	P _{R2}	P _{R3}
DESEMPENHO	FALA	“... não têm como diferenciar, se eles têm aprendizado maior ou menor de que não tem o benefício.”	“Particularmente não consigo ver diferença entre ser ou não do programa, quem é tem um mínimo de aprendizagem”.	“Alguns são preocupados também com o aprendizado”.	“... não na questão do rendimento do aluno, não há um aprendizado.”	“... a maior parte dos beneficiários não tem bom aprendizado”.	“Em sua maioria de baixo ou médio aprendizado”.
	ANALISE	Não há preocupação com o aprendizado.			Não tem bom aprendizado, geralmente médio a baixo.		
PARTICIPAÇÃO	FALA	“Hoje o que não querem estudar vão para escola.”	“Não vejo nenhum aproveitamento”.	“Não está preocupado em fazer as atividades, em participar das aulas”.	“Há uma preocupação muito grande dos alunos em registra a frequência, principalmente aqueles que chegam tarde à sala de aula”.	“Percebo um interesse pouco melhor, com cuidado para entrega das atividades”.	“Os mesmos deixam transparecer que o principal motivo que os levam a escola é a frequência”.
	ANALISE	Não participam das aulas, não estão preocupados com a aprovação deles na escola.			A participação na escola é principalmente a frequência escolar, não em participar das aulas.		

PLANEJAMENTO	FALA	“Nenhum”.	“Não, sinceramente”.	“... chamar atenção no sentido que o programa acaba e que ele precisa saber a intenção do programa que ele no futuro consiga se sustentar”.	“Este ano até trabalhamos no projeto da consciência negra, o tema bolsa família.”	“Não especificamente”.	“Não, diretamente na ideia do aluno como beneficiário do programa”.
	ANÁLISE	Não há preocupação.			Não há preocupação.		
2º APROXIMAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	Z. URBANA			Z. RURAL			
	P_{U1}	P_{U2}	P_{U3}	P_{R1}	P_{R2}	P_{R3}	
ACOMPANHAMENTO	FALA	“Mínimo”.	“um item super complicado, limitada, fica a muito a critério do aluno estar frequentando ou não as aulas”.	“Preocupado com a frequência se o professor colocou ou não falta do aluno na escola, e não com se o menino ta realmente aprendendo”.	“Não tenho visto muito envolvimento não, ele só tem a preocupação se o filho ta vindo para a escola”.	“a maior preocupação dos pais, principalmente das mães é com a frequência, quase exclusivamente com a frequência”.	“A participação é muito tímida. Normalmente os pais só se apresentam no ambiente escolar quando solicitados ou para saber por qual motivo o BF foi cancelado”.
	ANÁLISE	Acompanhamento mínimo, a preocupação é pela frequência mínima exigida pelo BF.			Acompanhamento mínimo, a preocupação é pela frequência mínima exigida pelo BF.		
3º DIMENSÃO: PERMANÊNCIA OU NÃO	Z. URBANA			Z. RURAL			
	P_{U1}	P_{U2}	P_{U3}	P_{R1}	P_{R2}	P_{R3}	

EVASÃO	FALA	“Principalmente no ensino fundamental II, que tipo assim, os alunos hoje o que não querem estudar vão para escola obrigada pela presença, e estes que são obrigados pelos pais.”	“inclusive por que por mais difícil que seja estar na escola”.	“Pelo menos conseguiu manter em sala“.	“Indiretamente continua terminando ajudando de certa forma a renda da família, o que vai melhorar o processo da alimentação, as vestimentas”.	“É, mas na questão da frequência, talvez implicaria no aluno beneficiário do BF que seja obrigado a frequentar a escola esteja fora das ruas, de ambientes que não seja saudáveis para ele, pela forçosa presença do aluno na escola”.	“Rebate na falta de interesse no aprender consequência de um ensino precário”.
	ANÁLISE	Consideram um ponto complicado, pois percebem que a frequência exigida garante a presença do aluno até o final do ano letivo. Uma vez que muitos alunos, se não tivessem esse benefício já teria deixado a escola para trabalhar.			Percebem que a frequência exigida garante a presença do aluno até o final do ano letivo. Uma vez que muitos alunos trabalham no contra turno na agricultura para ajudar os pais. Mas, percebem que a precarização do ensino público pode ser um atrativo a desistência de estudantes da zona rural.		
ASSIDUIDADE	FALA	“O problema é por que os meninos não entram na sala e os que entram não fazem”.	“Fica a muito a critério do aluno estar frequentando ou não as aulas”.	“Só em por professor com a colocou presença dele”.	“Aqui a gente não percebe tanto essa questão dessa assiduidade, da organização”.	“Não percebo uma interferência desse Programa no que diz respeito a frequência do menino na escola”.	“Essa valorização da frequência, melhorou convívio com o ambiente escolar”.
	ANÁLISE	Uma preocupação exclusiva com o registro da presença.			A preocupação é ser assíduo na escola melhorou alguns pontos, as salas estão cheias. Mas, não garante que o aluno entenda seu papel enquanto aluno.		

ACESSO	FALA	“Certeza! muitos vão estudar só para ter o BF”.	“Sim, certamente. E se tratando do CEAG, uma escola que tem mais de 800 alunos em turno”.	“Também, o pai ta muito preocupada em matricular e manter o menino”.	“Muitos pais assim se preocupam com essa renda extra, e para a escola somente por isso, infelizmente”.	“Percebo mais, como os pais garantem recursos para sua sobrevivência há preocupação dos alunos que estão sendo matriculados é bastante grande”.	“Não percebo isso”.
	ANÁLISE	A condicionalidade permite o acesso de muitos alunos à escola.			Percebem em grande parte que as matrículas estão associadas ao benefício		

16. ApêndiceG: Quadro comparativo das Técnicas BF Municipal

DIMENSÃO	TÉCNICOS DO BF MUNICIPAL
1º ENSINO- APRENDIZAGEM	
DESEMPENHO	<p>Fala TA: Trouxe benefício, pois há um alcance das crianças que tem se mostram desinteressadas em aprender.</p>
PARTICIPAÇÃO	<p>Fala TA: A Condicionalidade infelizmente algumas pessoas levam em consideração como se fosse uma rédea curta, mas a gente ver como é uma forma das pessoas perceberem que BF não é somente dinheiro, mas que o governo federal e a equipe municipal quer fazer com que a família garanta esses outros vieses da superação da pobreza, que é da questão da educação.</p>
2º APROXIMAÇÃO FAMÍLIA- ESCOLA	
ACOMPANHAMENTO DOS PAIS	<p>Fala TA: Não sabem como as escolas acolhem essas famílias que vão lá buscar o material que a gente solicita que é a frequência escolar, não sei se eles entregam como se fosse só mesmo um documento e pronto não faz nenhum tipo de orientação, não relata a situação do aluno especificamente</p>
3º DIMENSÃO: PERMANÊNCIA OU NÃO	
EVASÃO	<p>Fala TA : Tem alcançados crianças do CEAG e CEPVP, que tem fugido da escola então tudo isso faz com que a gente encaminhe elas para outras políticas que para suprir essas necessidades.</p>
ASSIDUIDADE	<p>Fala TB: Essas duas escolas tem sofrido bastante com a falta das crianças e o aprendizado também é para algumas que são descumpridores regulares, que a gente pode dizer assim, todo mês que vem frequência escolar, eles tem o bloqueio, o cancelamento e as famílias tem sofrido com isso, então as escolas são prejudicadas neste sentido, com a criança e os adolescentes terem faltado ou estarem lá na escola, mas não frequentarem as aulas.</p>
ACESSO	<p>Fala TB: Criação de estratégias para validar o trabalho do BF frente ao cumprimento dessa condicionalidade e alcançar os descumpridores. Quem se encontrarem descumprimento da condicionalidade suspensão e bloqueio. O trabalho é feito primeiro com as mães, os responsáveis familiares, com reuniões regulares, todo mês, um trabalho de audição com Assistente Social. E quando são repetidas as vezes o descumprimento da frequência mínima e ganha bloqueio, suspensão até chegar o cancelamento. Há uma convocação do próprio descumpridor para uma conversa em particular, mostrando a ele os elementos do por que ele recebe o bolsa família, da importância da escola e faz um tipo de conversa reflexiva no sentido de entender o motivo da ausência e desinteresse.</p>

